

**PROMOVER A GESTÃO PÚBLICA COM DEMOCRACIA,
PARTICIPAÇÃO E TRANSPARÊNCIA**

PROMOVER A GESTÃO PÚBLICA COM DEMOCRACIA, PARTICIPAÇÃO E TRANSPARÊNCIA

APRESENTAÇÃO



Rafael Martins/SECOM

O ano de 2011 foi marcado pelo fortalecimento dos processos de participação social e de aprofundamento democrático, previstos no Plano Plurianual 2008-2011 na diretriz estratégica “Promover a gestão pública com democracia, participação e transparência”. Os objetivos da diretriz convergem com as tendências das modernas democracias, que buscam promover a aproximação entre o estado e a sociedade, com maior espaço para o diálogo e para a construção de gestões compartilhadas, essenciais para a efetividade das políticas públicas.

Uma das iniciativas de destaque no âmbito da participação, em 2011, foi a realização, pela segunda vez, de plenárias do Plano Plurianual Participativo (PPA-P) para o quadriênio 2012-2015. Nas 26 plenárias efetuadas entre os meses de abril e maio, foram coletadas 3,2 mil propostas formuladas por segmentos representativos da sociedade. Depois de sistematizadas, foram avaliadas pelas secretarias estaduais, com incorporação de parte das proposições ao Plano Plurianual 2012-2015.


Em 2011, a participação da sociedade no PPA-P foi ampliada, com o envolvimento de representantes da sociedade nas etapas de definição da matriz temática do Plano, na organização das plenárias nos territórios e na mobilização dos atores sociais para o evento.

O Governo do Estado vem se empenhando em reduzir gastos desnecessários e otimizar os recursos públicos disponíveis. Com base nesses objetivos, foi concebido o Compromisso Bahia, que vem contribuindo para diminuir os dispêndios com itens como mão-de-obra terceirizada, frota de veículos e consumo de água e energia.

Um mecanismo importante para evitar o desperdício de recursos é o recadastramento de beneficiários de aposentadorias e pensões. Em 2011, foi dada continuidade à iniciativa que, desde 2007, resultou na economia de mais de R\$ 45 milhões. A convocação para recadastramento é uma medida que fortalece o sistema, tendo sido convocados mais de 73 mil beneficiários.

Outro requisito importante relacionado aos recursos públicos é a manutenção do equilíbrio fiscal, novamente alcançado pela Bahia no exercício de 2011. Nesse ano, o Governo do Estado registrou elevação da arrecadação de 6,8% em relação ao exercício anterior e cumpriu todas as metas estabelecidas na Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF.

No âmbito da prestação de serviços à população, o Governo do Estado está ampliando o número de postos do Serviço de Atendimento ao Cidadão – SAC, com a implantação de novas unidades em Lauro de Freitas e Paulo Afonso e a construção de mais uma em Feira de Santana. Em 2011, o SAC realizou mais de 10 milhões de atendimentos em unidades fixas e móveis, alcançando a maioria dos municípios baianos.

O Governo do Estado vem fortalecendo o sistema estadual de compras públicas, com o objetivo de permitir que micro e pequenas empresas participem dos leilões. Graças a esse incentivo, a participação percentual do segmento se ampliou para 22,1% das compras e contratações públicas, no valor de R\$ 244 milhões. 

SERVIÇO DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO - SAC

A Rede SAC conta com três tipos de unidades para estender a sua capilaridade: Postos Fixos, localizados estrategicamente na capital e em grandes centros regionais, SAC Móvel, ampliando os inúmeros benefícios aos centros populacionais mais distantes, e Pontos Cidadão, postos avançados para requisição e entrega de documentos básicos de maior demanda.

O enfoque em 2011 foi direcionado à expansão e consolidação do SAC Hora Marcada, experimento pioneiro iniciado no ano anterior, voltado ao descongestionamento do fluxo do atendimento em horários críticos. O alto índice de satisfação com esse avanço operacional, que garante atendimentos previamente agendados, comprovou o acerto da medida, já difundida em outros Estados.

ATENDIMENTOS

A população pode usufruir dos serviços do SAC em 13 postos na Região Metropolitana de Salvador, que realizam uma média diária de 25 mil atendimentos, e mais 16 unidades no interior do Estado, localizadas estrategicamente em grandes centros regionais, com cerca de 20 mil atendimentos diários, além de duas unidades do SAC Móvel,

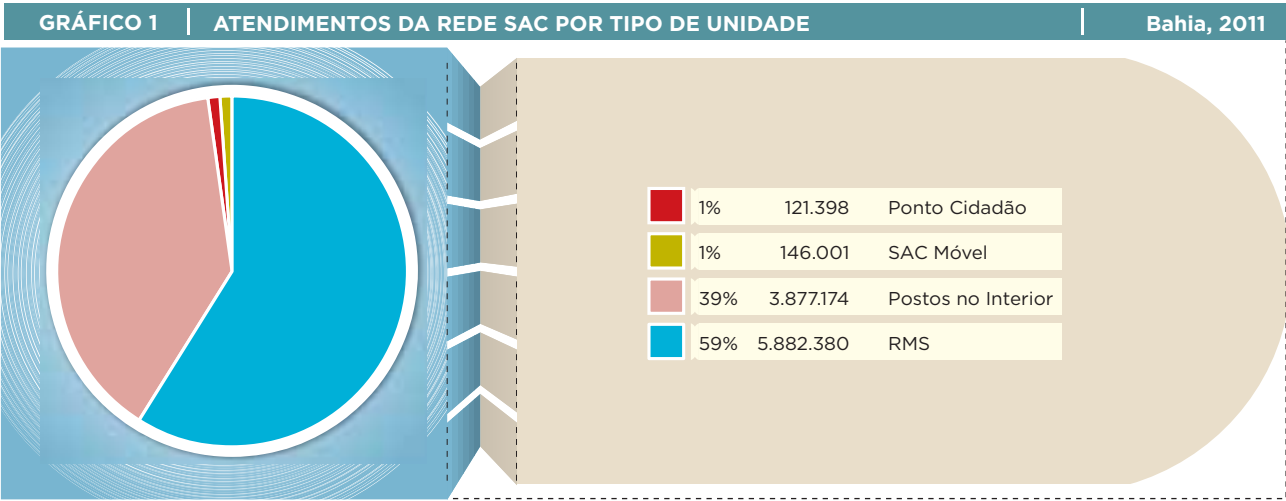
que percorrem todo o Estado, levando cidadania e inclusão social às populações mais longínquas.

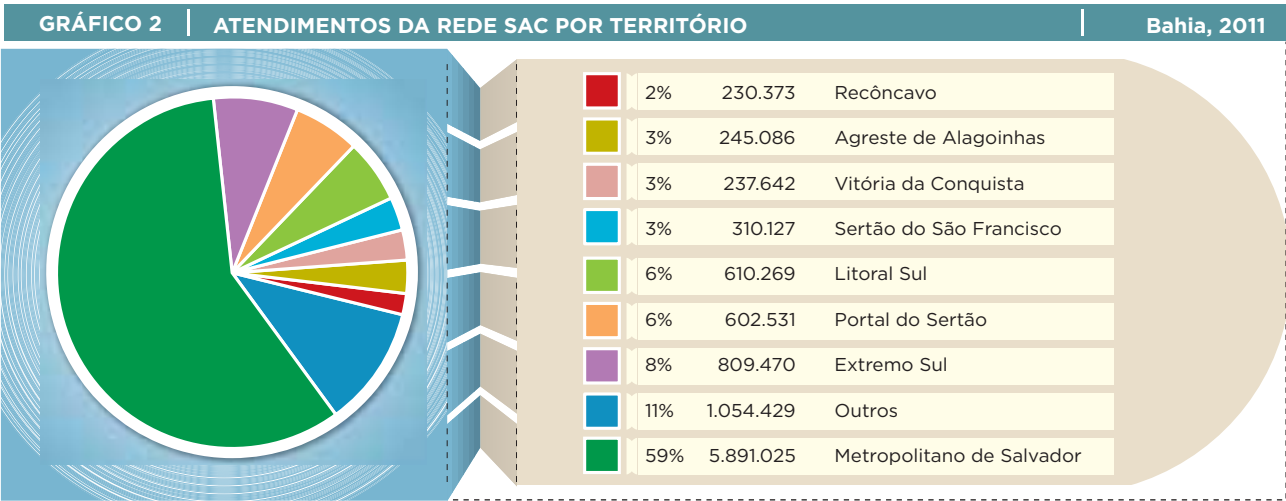
Por ser um serviço altamente demandado e devido aos altos custos de implantação e operacionalização, foram implantadas, a partir de 2008, unidades do Ponto Cidadão, expandindo geograficamente o modelo de atendimento a custos mais reduzidos, para prestação dos principais serviços à população, em parceria com a iniciativa privada e prefeituras. Em 2011 foram realizados 121 mil atendimentos em 13 municípios contemplados com essas unidades de pequeno porte.

Buscando atender ao maior número possível de municípios, dentre os 417 que compõem o Estado, as unidades móveis permanecem de três a quatro dias em cada localidade e, a cada ano, percorrem aproximadamente 170 municípios, realizando cerca de 180 mil atendimentos, em média. Em 2011, as duas unidades do SAC Móvel percorreram 181 municípios, realizando mais de 146 mil atendimentos.

A Rede SAC, composta por 44 unidades, realizou em 2011 cerca de 10 milhões de atendimentos, conforme registra o Gráfico 1.

As unidades do SAC estão presentes de forma permanente em 20 dos 26 Territórios de Identidade, através dos postos e pontos cidadãos. O Gráfico 2 demonstra a representatividade dos atendimentos.





EXPANSÃO

Com o propósito de ampliar a capacidade de atendimento da Rede SAC, encontram-se em andamento as obras para a implantação de mais dois postos no interior, localizados em Feira de Santana e Paulo Afonso, além da relocação do posto de Lauro de Freitas.

SAC Lauro de Freitas – No início de 2012, o posto será relocado para o shopping Passeio Norte, sendo as obras de adaptação do imóvel custeadas pelo próprio shopping. A unidade contará com uma área de 1.000m² e a capacidade de atendimento será ampliada em 60%. Nas novas instalações, além do serviço de atendimento com hora marcada, o cidadão terá à disposição o Sistema Atende, destinado ao gerenciamento de filas, e o SAC Fácil, terminais de autoatendimento que permitem o acesso ao Portal SAC, facilitando a realização de diversos serviços *online*.

SAC Feira de Santana II – Visando aumentar a capacidade de atendimento à população da região do Portal do Sertão, estão em curso as obras para a implantação do segundo SAC de Feira de Santana. Com inauguração prevista para o primeiro semestre de 2012, a unidade terá uma área construída de 1.806m², com o custo total orçado em R\$ 3,9 milhões, dos quais já foram investidos cerca de R\$ 1,1 milhão. O novo posto contará com dez

unidades de serviços dos órgãos parceiros, entre elas o SAC Educação.

SAC Paulo Afonso – Encontra-se em andamento a implantação do primeiro posto SAC no Território de Itaparica. A unidade será localizada na cidade de Paulo Afonso. Com uma área construída de 802 m² e investimentos na casa de R\$ 2 milhões, o posto beneficiará também os municípios circunvizinhos de Glória, Jeremoabo, Santa Brígida, Pedro Alexandre, Coronel João Sá, Rodelas, Novo Triunfo, Sítio do Quinto e Antas. Com previsão de implantação para o segundo semestre de 2012, serão disponibilizadas dez unidades dos órgãos parceiros, com estimativa de realizar cerca de sete mil atendimentos mensais.



Balcão de atendimento do SAC

Alberto Coutinho/SECOM

POLÍTICA DE AGENDAMENTO

Em junho de 2010, foi implantado o atendimento com hora marcada. Inicialmente no Shopping Salvador, com 50% da sua capacidade de atendimento agendada, seguido pelo Posto SAC Paralela, com 100% do atendimento realizado através de agendamento. Em 2011, o serviço foi expandido para o SAC Liberdade e, a partir de dezembro, o SAC Salvador passou a atender com 100% de hora marcada. O Gráfico 3 apresenta o quantitativo de atendimentos realizados por meio dessa modalidade, em 2011.

Em 2012, passarão a disponibilizar 100% da capacidade de atendimento, com hora marcada, os postos do shopping Barra, em Salvador, além dos de Lauro de Freitas, Vitória da Conquista e Feira de Santana.

SAC DIGITAL

Para modernizar e diversificar as formas de prestação dos serviços públicos à população baiana, foram incorporadas novas tecnologias visando oferecer mais comodidade ao cidadão, tais como:

Modernização do Portal SAC – disponibiliza ao cidadão o acesso a uma lista de serviços para autoatendimento, como a emissão da segunda via das contas de água e energia elétrica, certi-

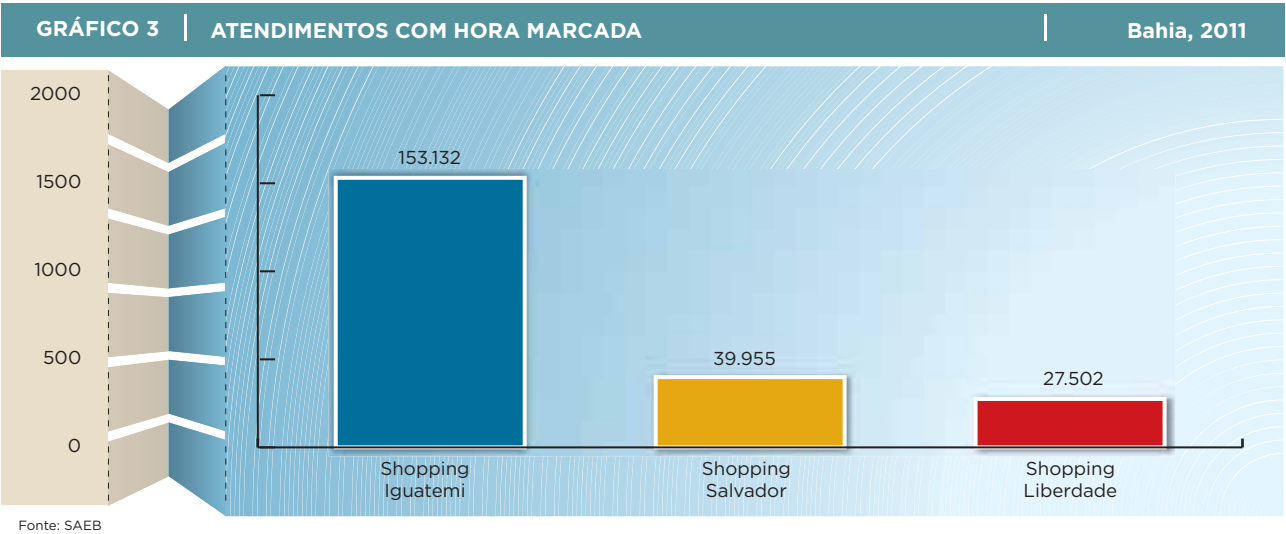


Elói Corrêa/SECOM

SAC Itinerante presta serviços à população de Riachão do Jacuipe

ção negativa de antecedentes criminais, informe sobre vagas no Serviço de Intermediação para o Trabalho – Sinebahia e atendimento na Delegacia Digital, Polícia Civil, Detran, Previdência Estadual e Plano de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos Estaduais – Planserv, entre outros. A sistemática reúne também informações sobre todas as unidades fixas e móveis que compõem a rede SAC, além de fornecer mais uma opção de agendamento para as unidades que utilizam o atendimento por hora marcada.

SAC Mobile – permite ao cidadão acesso ao portal SAC através do telefone celular, facultando-lhe obter informações sobre postos e serviços e agendamento de atendimentos.



SAC Fácil – implantado nos postos SAC Paralela, Liberdade, Salvador e Barra, disponibiliza ao cidadão ilhas de autoatendimento com acesso ao Portal SAC, facilitando a realização de diversos serviços *online*, a exemplo de segunda via de contas, antecedentes criminais, agendamento de passaporte, segunda via de CPF, acesso à Delegacia Digital e outros, além de possibilitar o agendamento para serviços de hora marcada em horários mais próximos para atendimento.

SAC MÓVEL - OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

Em parceria com o SAC Móvel, a Ouvidoria Geral do Estado – OGE visitou 147 municípios do Estado, em 2011, e atendeu 1.136 cidadãos ao longo desse período. A visitação interiorizou o serviço de ouvidoria do Governo do Estado, aproximando o cidadão da administração pública e promovendo a cidadania. Com a presença da Ouvidoria, a sociedade pode registrar reclamações, sugestões, elogios e denúncias sobre os serviços públicos estaduais. Em cada rota do SAC Móvel, o atendimento é realizado por um servidor da OGE. Vale ressaltar que, dentre os serviços ofertados pelo SAC Móvel, a Ouvidoria posiciona-se em segundo lugar no quantitativo de atendimentos, superado apenas pela emissão de carteira de identidade.

MELHORIAS NA MOBILIDADE DO CIDADÃO

ATENDIMENTO AO CIDADÃO

A Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Energia, Transportes e Comunicações da Bahia – Agerba, por meio da sua Ouvidoria, registrou 2.442 solicitações na área de transportes e terminais em 2011, dentre as quais 1.652 foram finalizadas, com envio de cartas aos manifestantes comunicando as decisões da Ouvidoria e as providências adotadas.

FISCALIZAÇÃO DO SISTEMA DE TRANSPORTE REGULAR DE PASSAGEIROS E COMBATE AO TRANSPORTE IRREGULAR DE PASSAGEIROS

A Agerba conta com 12 Polos Regionais no interior do Estado e três na Região Metropolitana de Salvador – RMS, tendo como finalidade combater o transporte clandestino de passageiros e garantir a segurança dos usuários. Em 2011, conjuntamente com as Polícias Rodoviárias Estadual e Federal e a Polícia Militar, realizou 1.697 *blitzes*, sendo notificados 4.623 veículos.

Carla Ornelas/SECOM



Atendimento do SAC Móvel realizado na Cidade Baixa

A inspeção nas frotas das empresas do sistema de fretamento resultou na vistoria em 10.388 veículos, sendo expedidos, em 2011, contra as empresas concessionárias e permissionárias de linhas de transporte intermunicipal de passageiros, 1.900 autos de infração referentes ao sistema rodoviário, e 858 relativos ao hidroviário.

Foram emitidas, pela sede, 1.978 Licenças Especiais de Transporte, enquanto os Polos emitiram 17.402 Licenças Especiais para Viagens Eventuais.

RODOVIAS PEDAGIADAS

Concessionária Litoral Norte – CLN

As obras de duplicação da rodovia BA-099, no trecho Guarajuba – Itacimirim, foram concluídas em setembro de 2011, permanecendo as atividades de prestação de atendimentos médicos em acidentes, com o acionamento de guinchos e UTI/Resgate, além dos serviços de conservação, abrangendo o trecho concessionado da ponte sobre o rio Joanes até a entrada da Praia do Forte, e mais a manutenção entre esta e o limite com o Estado de Sergipe.

Concessionária Bahia Norte – CBN

Durante os seis primeiros meses do contrato de concessão, celebrado em 2010, que compreende as rodovias BA-526, BA-535, BA-524, BA-512, BA-521 e BA-093 (trecho Simões Filho–Pojuca), o Sistema Rodoviário BA-093, foram executados serviços de recuperação do pavimento, proteção e segurança, drenagem e obras de aterro, terraplanagens e estruturas de contenções, limpeza do canteiro central e faixa de domínio, além do sistema elétrico e iluminação dos trechos urbanos. No mesmo período, foram iniciadas as obras de construção das praças de pedágio e a prestação de serviços de atendimento emergencial 24 horas, serviços de resgate e plantão médico 24 horas. Conforme previsto em contrato, quando concluídos os serviços mencionados, foi autorizado, em abril de 2011, o início da cobrança de pedágio.

Eloi Correa/SECOM



Obras do pedágio na BA 093

Antecipando obrigação contratual específica, a CBN iniciou, em abril de 2011, as obras de duplicação da rodovia BA-526 (CIA-Aeroporto). Em paralelo, prosseguem os serviços de restauração da rodovia BA-524 (Canal do Tráfego), reforma dos postos da Polícia Rodoviária Estadual e postos de pesagem.

PROJETO CRESCENDO: REGULAÇÃO E CIDADANIA ATIVA

O Governo do Estado, em 2011, levou aos municípios de Ituaçu, Jussiape, Livramento de Nossa Senhora e Rio de Contas o Projeto Crescendo – Regulação e Cidadania Ativa, executado em parceria com as prefeituras. O projeto tem como objetivo levar aos alunos da rede pública de ensino conhecimentos sobre direitos e deveres do cidadão, nas áreas de energia elétrica e transportes intermunicipais de passageiros, capacitando, de janeiro a outubro de 2011, em quatro municípios, 182 professores, beneficiando 14.142 alunos das redes públicas estadual e municipal de 112 escolas.

ADVOCACIA DO ESTADO

Em 2011, a Procuradoria Geral do Estado – PGE avançou em iniciativas de modernização, investindo em diversas frentes: infraestrutura (reforma e instalações da sede e das representações regionais); modernização (redesenho do papel da PGE, diagnóstico de suas necessidades e fontes de recursos para sustentar seu processo de modernização); tecnologia da informação (aquisição e implantação de sistemas de comunicação e gerenciamento de processos e aquisição de equipamentos de informática); capacitação de recursos humanos (elaboração e implementação de programa de cursos de aperfeiçoamento e recomposição do acervo bibliográfico); organização e gestão de documentos (digitalização e microfilmagem).

A Tabela 1 apresenta os recursos aplicados pelas ações principais da PGE.

Para a implementação dessas iniciativas, o Governo do Estado captou recursos no valor de R\$ 9,9 milhões, junto ao BNDES, no âmbito do Programa de Modernização da Gestão das Administrações Estaduais – PMAE/Gestão, conforme contrato celebrado em dezembro de 2010, com previsão de execução no curso de três anos.

CRIAÇÃO DO PORTAL DE SERVIÇOS

A PGE está elaborando, também, projeto para o redesigno do portal da PGE/BA na internet, incluindo a intranet, realizações imprescindíveis ao desempenho das atividades do órgão ante a necessidade de garantir a comunicação em tempo real, promovendo a celeridade e eficácia dos serviços.

A PGE celebrou contrato para aquisição de solução tecnológica integrada, composta por sistemas aplicativos, Sistema PGE.Net, serviços de levantamento de dados, adequação, consultoria, desenvolvimento de novos requisitos, integração, capacitação, implantação, manutenção e suporte técnico. Esta iniciativa visa à informatização da Procuradoria, abrangendo processos judiciais, administrativos e a execução fiscal eletrônica, representando significativo avanço operacional e um salto de qualidade na prestação célere e eficiente dos serviços.

CONSULTORIA E ASSESSORAMENTO JURÍDICO – PROCURADORIA ADMINISTRATIVA

A presença da Procuradoria Administrativa setorial foi especialmente estratégica durante o ano de 2011, com intensa atuação em projetos de

TABELA 1		RECURSOS APLICADOS PELAS AÇÕES PRINCIPAIS-PGE	Bahia, 2011
AÇÕES		RECURSOS APLICADOS (Em R\$)	
Capacitação do quadro de Procuradores da PGE		363.460	
Informatização da PGE		649.088	
Adaptação da sede da PGE		9.748.450	
Aparelhamento da sede da PGE		295.764	
Capacitação dos servidores da PGE		25.934	
Elaboração e gestão do Projeto de Modernização da PGE		410.541	
TOTAL		11.493.237	

Fonte: Siplan/SEPLAN

maior envergadura do Governo do Estado. Exemplo significativo concerne às discussões jurídicas surgidas acerca do contrato de Parceria Público-Privada para a construção da Arena Fonte Nova, que exigiram da Procuradoria intensa e precisa atuação nos momentos mais críticos da negociação, até garantir, ao final, o reconhecimento, pelo Tribunal de Contas do Estado, da validade e legalidade do modelo jurídico adotado pelo Estado da Bahia. Merece destaque, a presença da Procuradoria Administrativa nos trabalhos preliminares da mobilidade urbana, envolvendo os municípios de Salvador e Lauro de Freitas, bem como do Sistema Viário Oeste.

RECUPERAÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO - PROCURADORIA FISCAL

A Procuradoria Fiscal iniciou um trabalho preventivo de acompanhamento dos processos de parcelamentos de ICMS e IPVA, para evitar o não pagamento ou atraso na quitação das parcelas das dívidas negociadas. A iniciativa possibilitou ao setor de parcelamento recuperar créditos em montante significativo para o Estado. A importante vitória da PGE representou, para o Estado da Bahia, a manutenção de créditos tributários no valor de R\$ 2 milhões, traduzindo-se, ainda, em importante precedente para o assentamento da questão em todo o Estado.

A atuação conjunta entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Fazenda - SEFAZ e da Procuradoria Geral do Estado e o Tribunal de Justiça objetiva agilizar a recuperação de recursos para os cofres públicos, por meio da assinatura de dois Termos de Cooperação Técnica. O primeiro refere-se à instalação do Centro Judiciário de Solução de Conflitos Tributários, enquanto o segundo trata da implantação e monitoramento do Sistema de Protesto de Certidões da Dívida Ativa - CDA relativas a custas cartorárias, impostos estaduais e também a créditos de natureza não tributária.

Em decorrência do primeiro Termo, foram realizadas cerca de 12 mil audiências e arrecadados mais

Manu Dias/SECOM



Restaurante Popular no município de Lauro de Freitas

de R\$ 10 milhões. Por força do segundo, foram levadas a protesto mais de duas mil CDA apenas na fase experimental em que se encontra tal procedimento, para cuja implementação foi desenvolvido sistema pioneiro pela equipe própria da PGE.

Além disso, só com o Imposto de Transmissão e Doações - ITD foram arrecadados R\$ 30 milhões, montante 23,5% superior ao que foi auferido, a mesmo título, em igual período do exercício passado. Já a receita do IPVA inscrito em dívida foi de R\$ 11,3 milhões, um aumento de 61,5% em relação ao recolhido no mesmo período do ano anterior.

Outra atuação de elevado alcance social viabilizou a destinação de imóvel situado no bairro de Cajazeiras, na capital, para a construção de unidade do Restaurante Popular, com aplicação de R\$ 1,4 milhão, repassado pelo Ministério do Desenvolvimento Social para esse fim.

As vitórias nas lides relativas à cobrança de ICMS em operações realizadas por meio da rede mundial de computadores tiveram repercussão nacional, assim como os êxitos nos litígios a respeito do ICMS incidente na demanda contratada de energia elétrica e na água canalizada, cujos impactos financeiros, somados, superam R\$ 100 milhões.

Cumprе salientar, ainda, a atuação para a remissão de débitos relativos ao ICM/ICMS cujo saldo atualizado em 31 de dezembro de 2009 seja igual ou inferior a R\$ 10 mil. Já foram extintos mais de 18 mil processos administrativos fiscais e, até o final de 2012, espera-se extinguir todos nessa situação.

GESTÃO E PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO ESTADO DA BAHIA

PLANO PLURIANUAL PARTICIPATIVO

O Plano Plurianual Participativo – PPA-P é uma iniciativa do Governo do Estado que fomenta a participação de representantes dos mais variados segmentos sociais no processo de planejamento. Na construção do PPA 2012-2015, esses segmentos puderam sugerir propostas e decidir sobre ações prioritárias para os Territórios de Identidade respectivos.

A SEPLAN desenvolveu uma nova metodologia para o processo de construção do PPA-Participativo por meio de:

- Elaboração da matriz temática que norteou a participação da sociedade na apresentação das propostas do PPA-P;

- Acompanhamento do processo de votação, através do sistema PPA-P Net, possibilitando à sociedade indicar as prioridades temáticas por Território de Identidade, sendo disponibilizados moderadores que atuaram nas 26 plenárias territoriais realizadas entre os meses de abril e maio, com a aplicação de uma metodologia específica para a elaboração das propostas.
- Sistematização, classificação temática e validação das 3,2 mil propostas apresentadas nas plenárias do PPA-P, com disponibilização das 1,9 mil proposições validadas para consulta e incorporação pelas secretarias ao PPA 2012-2015.

Na condição de responsável pela gestão do *site* www.ppaparticipativo.ba.gov.br, a SEPLAN, por meio da SGA, efetuou o cadastramento de usuários das secretarias para a seleção das propostas e disponibilizou informações referentes ao processo de escuta solicitadas por órgãos governamentais ou por entidades da sociedade civil

PLANO PLURIANUAL – PPA

O novo modelo do PPA 2012-2015 tem como principal motivação a busca por um caráter mais estratégico enquanto instrumento de planejamento, criando as condições efetivas para a formulação, a gestão e a implementação das políticas públicas. Este modelo pressupõe a adoção do “planejamento organizado em temas”, que prescreve áreas compreendidas como relevantes e estratégicas para a atuação governamental, com potencial de transformação da realidade.

A SEPLAN, em conjunto com as secretarias, estabeleceu 19 temas estratégicos para a construção de um novo modelo de desenvolvimento para a Bahia, composto por diagnósticos e diretrizes estratégicas. Essas diretrizes subsidiaram a elaboração dos Programas Temáticos do Plano Plurianual 2012-2015 – PPA e orientaram as discussões das plenárias do PPA Participativo – PPA-P nos 26 Territórios de Identidade.



Alberto Coutinho/SECOM

Plenária do PPA Participativo

Com efeito, a nova metodologia do próximo PPA, estruturando-o em temas, favorece uma visão plena e ampliada das políticas públicas, qualificando a intervenção governamental no ciclo de gestão dessas políticas.

Ainda no que concerne ao PPA 2012-2015, a SEPLAN participou na revisão e validação de todos os programas e compromissos elaborados pelas secretarias de Estado, como também na redação do documento final apresentado à Assembleia Legislativa do Estado da Bahia.

MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

A SEPLAN vem desenvolvendo, de forma compartilhada com todas as secretarias, uma metodologia aprimorada para monitorar e avaliar os programas do PPA-2012-2015, capacitada à formulação de planos de monitoramento e avaliação para cada programa.

A institucionalização desse processo e o avanço de patamar da cultura do planejamento, envolvendo todas as secretarias, é crucial para tornar efetiva a gestão estratégica no Estado e ampliar o conhecimento sobre a execução das políticas públicas, contribuindo para fomentar padrões de gestão, no aparato público, mais profissionais e meritocráticos.

A Tabela 2 apresenta o balanço das Oficinas de Monitoramento e Avaliação dos Programas da matriz programática do PPA 2012-2015.

PLANEJAMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO

O Plano de Desenvolvimento Sustentável da Bahia – PDS é composto por ações estratégicas que visam ao crescimento econômico aliado à preservação do meio ambiente e à qualidade de vida, sendo executado pela SEPLAN e pela Secretaria de Meio

TABELA 2		PARTICIPANTES DAS OFICINAS POR EIXO E PROGRAMA			Bahia, 2011	
Nº	EIXO	PROGRAMA	PESSOAS	OFICINAS	ÓRGÃOS	
1	I	Bahia Saudável	67	4	SEPLAN/SGA e SEI, SESAB, SICM, CASA CIVIL, SEINP, SEDUR, Conder, SEC, SEINFRA, Funceb, SEDIR, SECULT, SEAP, DPE, CETRAN, SSP, SEDES, SECOPA, CERB, Embasa, CAR, Detran, SEAGRI, SPM, SETUR, SETRE, Bahiapescas, Adab, SJCDH, Prodeb, SEPROMI, Desenhahia e SECOM	
2		Segurança Alimentar e Nutricional	51	4		
3		Educação Profissional	45	3		
4		Água para Todos	83	3		
5		Moradia Digna	28	2		
6		Pacto pela Vida	103	4		
7		Vida Melhor	45	1		
8		Fortalecimento da Educação Básica	70	4		
9		Bom Trabalho	87	4		
10		Envelhecimento Ativo	12	1		
11		Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais	14	1		
12		Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos	17	1		
13	II	Mobilidade e Acessibilidade Urbana	61	4		
14		Desenvolvimento e Sustentabilidade da Agropecuária Empresarial	30	2		
15		Logística Integrada de Transporte	66	4		
16		Turismo Sustentável	37	2		
17		Economia Criativa	12	1		
18		Ciência, Tecnologia e Inovação	14	1		
19	III	Indústria e Mineração	21	1		
20		Planejamento e Gestão Estratégica	20	1		
SUB-TOTAL			883	48		
Participantes Encontros de M&A			177	2		
Participantes do lançamento da Identidade Visual			67	1		
TOTAL			1.127	51		

Fonte: SEPLAN/SGA

Ambiente – SEMA. O PDS é composto pelos Planos Mestres regionais e pelo Zoneamento Ecológico-Econômico – ZEE. Constituir-se-á em um dos mais importantes instrumentos de reordenamento territorial e definição de diretrizes socioeconômicas e ambientais para a economia baiana.

O ZEE é um instrumento de gestão que analisa o Estado como um todo, compreendendo a dinâmica socioeconômica e cultural e questões ambientais/ecológicas em seus aspectos físicos e bióticos. A sua importância para a Bahia consiste em traçar um sistema de informações e avaliação de alternativas com o objetivo de orientar os investimentos públicos e privados, sendo também uma ferramenta para o processo de licenciamento ambiental.

Os Planos Mestres são instrumentos com diretrizes específicas para as cinco macrorregiões do Estado (Cerrado, Semiárido, Litoral Norte, Litoral Sul e RMS-Recôncavo), com base nas indicações do ZEE que permitirão orientar as ações governamentais na área de infraestrutura econômica e social.

PROCEDIMENTO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE – PMI

PMI – Mobilidade Urbana

Devido ao caráter metropolitano da questão da mobilidade, o Governo do Estado investiu na busca e prevalência da melhor solução técnica, contemplando o município de Lauro de Freitas, indissociavelmente conurbado com Salvador. Com esse objetivo foi aberto um Procedimento de Manifestação de Interesse – PMI junto aos participantes inscritos – praticamente um concurso de ideias – com o propósito de detectar a viabilidade de realização de uma Parceria Público-Privada – PPP para concessão do serviço que vier a ser implantado, num horizonte de 25 a 30 anos. Assim, em março de 2011 foi instaurado o PMI da Mobilidade, sob a coordenação da SEPLAN.

Decidiu-se pela implantação da Linha 2 do Metrô, que ligará Salvador a Lauro de Freitas através da

Av. Paralela, a ser integrada à Linha 1 do Metrô, segundo ramo (Acesso Norte – Pirajá). Deste modo, Salvador avançará dos seis quilômetros de linhas, ainda em construção, para um total de 34 quilômetros de Metrô.

PMI – Sistema Viário Oeste

O Sistema Viário Oeste – SVO é um projeto de desenvolvimento regional que combina a implantação de um novo eixo rodoviário de acesso a Salvador e a reestruturação urbanística da Ilha de Itaparica e do Centro Antigo da Capital. Seu principal elemento é a ponte Salvador-Itaparica, com seis faixas e quase 12km de extensão. O Procedimento de Manifestação de Interesse – PMI para o SVO, lançado em 2010, sob coordenação da SEPLAN, foi concluído em agosto 2011.

O projeto, que deverá somar o maior volume de investimentos na Bahia desde o Polo Petroquímico de Camaçari, será desdobrado nos seguintes elementos:

- Novo eixo viário ligando a capital às rodovias BR-242, BR-116, BR-101 e BA-001;
- Novo vetor de desenvolvimento urbano e turístico no sentido sul, beneficiando os municípios da ilha de Itaparica, do Recôncavo Sul e do Baixo Sul;
- Novo polo industrial e logístico conectado ao Porto de Salvador, a ser implantado no Recôncavo.



Elói Corrêa/SECOM

Obras da primeira etapa do Metrô de Salvador



Alberto Coutinho/SECOM

Obras da Ferrovia de Integração Oeste Leste – FIOL

EMPREGOS VERDES E TRABALHO DECENTE

A SEPLAN vem envidando esforços no sentido de que a promoção dos empregos verdes constitua-se em elemento central na estratégia de desenvolvimento do Estado, sendo exemplo a realização de seminário estadual sobre empregos verdes, com a participação da Organização Internacional do Trabalho – OIT.

Em 2011, entre as diversas propostas analisadas pela câmara técnica, destacam-se a implementação do “ICMS Ecológico” e o Pagamento por Serviços Ambientais – PSA, ambas com o objetivo de criar novos dispositivos legais que incentivem e financiem melhorias ambientais, concomitantes à geração de empregos.

INICIATIVA DE INTEGRAÇÃO DA INFRAESTRUTURA REGIONAL SUL-AMERICANA – IIRSA

Em junho de 2011, foi apresentada pelo Governo do Brasil, na reunião da União das Nações Sul-Americanas – Unasul, a proposta de criação do Eixo Interoceânico Peru-Brasil-Bolívia, contemplando a Ferrovia de Integração Oeste Leste – Fiol, no Estado da Bahia.

O novo traçado desse Eixo, desenvolvido com o apoio da SEPLAN, cria a possibilidade de interligar o oceano Atlântico, por intermédio de diversos portos localizados no Nordeste brasileiro, a importantes portos do Peru. Empreendimento cuja magnitude e visão estratégica renderá benefícios diretos às regiões mais pobres de vários países da América do Sul, que poderão ter suas economias articuladas com as mais novas áreas de produção do interior do continente e atrair novos investimentos, elevando a oferta de emprego regional.

A Bahia será direta e intensamente beneficiada, na perspectiva de que os investimentos incrementarão as articulações do Estado com outras regiões do mundo, potencializando as funções da Fiol e reduzindo os custos do escoamento da produção do Oeste. Induzindo, ademais, o desenvolvimento de outras regiões do interior da Bahia, pela irradiação de impactos na economia, ambiente e qualidade de vida das populações.

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

Visando ao constante alinhamento e articulação entre os órgãos e entidades integrantes do Sistema Estadual de Planejamento – SEP, a SEPLAN promoveu, em fevereiro de 2011, reunião de articulação sistêmica, quando foram debatidos três

importantes temas: novas regras para a publicação do Decreto Financeiro, as novas medidas de Gestão Fiscal expedidas pela Junta Orçamentária e alinhamento geral para a elaboração do PPA 2012-2015. Ainda no primeiro semestre, em abril, foi realizada a reunião de abertura dos trabalhos para a elaboração do Plano Plurianual 2012-2015, com ampla participação de órgãos e entidades do Estado, para a exposição e orientações específicas sobre o novo modelo e processo a serem implementados.

Em consonância com norma constitucional, elaborou o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias – PLDO, encaminhado por meio da Mensagem nº 12/2011 para apreciação pela Assembleia Legislativa do Estado.

Encaminhado também para a Assembleia, por meio da Mensagem nº 32/2011, o Projeto de Lei Orçamentária Anual – PLOA, Projeto de Lei nº 19.490, publicado em 9 de outubro de 2011. Nele estão detalhados os programas e ações a serem executados no exercício financeiro de 2012, visando à consecução das diretrizes, objetivos e metas constantes no Plano Plurianual 2012-2015.

Em conjunto, as unidades da SEPLAN definiram, participaram e coordenaram as atividades de ela-

boração do Projeto de Lei do Plano Plurianual, em conformidade com a norma constitucional e com a nova metodologia adotada pelo Governo Federal. O Projeto de Lei do PPA foi encaminhado em 30 de agosto de 2011, para apreciação pela Assembleia Legislativa, sendo publicado em 31 de agosto de 2011 sob a numeração Projeto de Lei nº 19.435/2011.

O Manual de Orçamento Público – MOP, principal instrumento normativo destinado aos participantes dos processos da competência do Sistema Estadual de Planejamento – SEP, edição de 2011, que aponta para a execução orçamentária de 2012, foi atualizado em diversos conteúdos normativos e tabelas, para incorporação das inovações de ordem legal e procedimental implantadas na LDO e no Siplan.

No tocante ao projeto Fiplan, que tem como objetivo a implantação do Sistema Integrado de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade do Estado da Bahia, a SEPLAN atuou na especificação das customizações que serão implementadas no sistema para o atendimento das necessidades do Estado, participando também de uma série de reuniões em que se evolui o planejamento do projeto para as etapas de homologação, capacitação e implantação que se aproximam.



Alberto Coutinho/SECOM

As plenárias do PPA Participativo ocorreram em diversos municípios do Estado

INFORMAÇÃO A SERVIÇO DA SOCIEDADE

O Governo da Bahia, através da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI, órgão vinculado à SEPLAN, produz de forma sistemática informações sobre a realidade socioeconômica e ambiental da Bahia. Atualmente, a SEI é o principal provedor de dados e informações do Estado, atendendo a demandas provenientes do Governo, dos municípios e da sociedade civil. Em 2011, a SEI teve um aumento significativo na sua pauta de trabalho, merecendo destacar projetos que têm alcançado avanços consideráveis e novos trabalhos que, associados à continuidade das informações regularmente geradas pela SEI, compõem um arcabouço fundamental para o acompanhamento da realidade do Estado e o planejamento do futuro que se quer para a Bahia.

Algumas atividades se destacam, como o trabalho de atualização das divisas intermunicipais da Bahia, já iniciado, a partir da aprovação da Lei Estadual nº 12.057/11, corrigindo uma defasagem de quase seis décadas da Lei de Divisão Territorial do Estado, que data de 1953. Os Territórios de Identidade de Vitória da Conquista e Itapetinga já foram finalizados, tendo sido iniciado o Território do Sertão Produtivo, totalizando 56 municípios. Os anteprojetos de lei referentes aos dois primeiros Territórios já foram encaminhados à Assembleia Legislativa, para tramitação.

A atualização cartográfica do Estado cessou a etapa do contrato de aquisição de imagens de satélite produzidas pelo sensor orbital *Rapideye*, contando com 80% das imagens entregues, aprovadas e disponibilizadas para uso da administração estadual. A realização de aerolevantamento já contempla cerca de 70% do território baiano, enquanto a produção de modelos digitais de superfície, ortofotos e curvas de nível avançaram para cerca de 60% do total, com previsão de conclusão em janeiro de 2013. Ao se contemplar o mapeamento do Estado, estar-se-á implementando uma infraestrutura de dados espaciais que irá garantir

Carol Garcia/SECOM



SEI realiza divulgação do PIB trimestral da Bahia

o compartilhamento dos dados geoespaciais no âmbito do Estado e sociedade em geral.

No que tange ao sistema de informações multidimensional – o Azimute, que visa à gestão das políticas públicas de saúde e educação na Bahia, apresentou avanços que correspondem à conclusão de sua primeira etapa, com implantação em plataforma *web*, já disponibilizado para testes em todos os órgãos do Governo do Estado.

Outra ação que evoluiu em 2011 está relacionada aos grandes projetos e à pobreza no Nordeste do Brasil, que buscam compreender os impactos dos projetos do PAC e da integração sul-americana sobre as manchas de pobreza no Nordeste do país, permitindo contribuir para a formulação das políticas de redução das desigualdades brasileiras. Os diversos estudos, pesquisas e projetos realizados pela SEI em 2011 estão especificados no Quadro 1.

QUADRO 1	ESTUDOS, PESQUISAS E PROJETOS REALIZADOS	Bahia, 2011
Pesquisa Produto Interno Bruto	Cálculo do PIB do trimestral; cálculo do PIB Regional (anual) de 2009; estimação PIB Tributado; Construção do Icaem – Índice de Crescimento da Atividade Econômica Municipal; criação de uma Tipologia dos municípios baianos com base no PIB; Tabela Recursos e Usos - TRU	
Finanças públicas	Construção e divulgação quadrimestral de informações relativas às finanças do Estado da Bahia; perfil financeiro dos municípios; Construção e divulgação quadrimestral de informações relativas às finanças do Estado da Bahia	
Acompanhamento da conjuntura econômica	Release mensal sobre Desempenho Econômico da Bahia; análise dos resultados do comércio varejista, Indústria de Transformação e levantamento sistemático da produção agrícola; seminário trimestral sobre economia baiana; Observatório da Conjuntura Econômica / discussão sobre a conjuntura econômica e social do Brasil e da Bahia e os impactos das políticas econômicas sobre atividade econômica e Indicador de Confiança do Empresariado Baiano – Iceb. Pesquisa de Acompanhamento do Comércio Exterior: publicação do Boletim de Comércio Exterior; elaboração do Cadastro de Exportadores da Bahia – Cadex, versão 2010; elaboração de estudos de intercâmbio bilateral para 23 países; projeto Primeira Exportação em Parceria com o MDIC	
Geração de emprego na Bahia e na Região Metropolitana de Salvador	Análise do emprego a partir de um conjunto de informações sobre o mercado de trabalho, incluindo a realização da Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Salvador – PEDRMS, análise mensal do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – Caged e o acompanhamento da Relação Anual de Informações Sociais – Rais/IBGE	
Objetivos de Desenvolvimento do Milênio	Através de parceria com as Nações Unidas, realiza o monitoramento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio na Bahia. O primeiro relatório, fruto de uma parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, contou com a construção e análise de mais de 70 indicadores sociais que revelam como o Estado vem avançando em relação às Metas do Milênio	
Dinâmica Urbana e Migrações Internas do Estado	Nos estudos Dinâmica Urbana e Migrações Internas do Estado, a SEI investiga as características da nossa urbanização, as transformações ocorridas no perfil demográfico e produtivo das áreas urbanas, a configuração espacial da rede de cidades e as tendências dos movimentos migratórios interestaduais e intra-estaduais. Os projetos são coordenados pelo Ipea e operacionalizados em conjunto com universidades e instituições de pesquisa de todo o país	
Pesquisa de campo e divulgação mensal dos resultados da pesquisa Índice de Preço ao Consumidor – IPC e boletins mensais da Pesquisa Mensal do Comércio – PMC	A SEI calcula o Índice de Preços ao Consumidor – IPC-SEI, fruto de pesquisa realizada mensalmente junto a estabelecimentos varejistas da capital baiana. O objetivo é acompanhar a variação de preços de um conjunto de bens e serviços consumidos por famílias soteropolitanas com rendimento mensal entre 1 e 40 salários mínimos. Análise mensal da pesquisa PMC, realizada pelo IBGE	
Estudo sobre Estratégias de Atração de Investimentos em Logística na Bahia: Inserção no desenvolvimento nacional e internacional	Através de estudos realizados para a Macrorregião de Salvador – Feira de Santana e para a análise de viabilidade de uma Plataforma Logística para a cidade de Vitória da Conquista	
Montagem do Sistema de Informação Multidimensional – Azimute	Sistema de Informações Multidimensional que auxilia o planejamento estratégico das áreas de educação e saúde, oferecendo a possibilidade de cruzamento entre informações socioeconômicas espaciais e os dados dos estabelecimentos no Estado	
Estudo sobre a dinâmica econômica e espacial recente da Metrópole Baiana	Objetiva discutir e entender como o processo de globalização vem redefinindo a estrutura produtiva e o seu mercado de trabalho, bem como a influência dessas alterações na sua população	
Atualização das divisas intermunicipais e interestaduais	Divisas intermunicipais – realização de campanhas de campo, elaboração de mapas e anteprojetos de lei por Território de Identidade e encaminhamento à Assembléia Legislativa do Estado, com cooperação técnica do IBGE; Divisas interestaduais – participação em campanhas de campo com representantes de outros estados e o IBGE, participação em reuniões de conciliação na Advocacia Geral da União e elaboração de pareceres técnicos para a Procuradoria Geral do Estado	
Projeto de Atualização Cartográfica do Estado da Bahia	Atualização da cartografia sistemática do Estado e aquisição de subsídios para a cartografia temática, com produção de ortoimagens, modelos digitais de superfície e planialtimetria nas escalas de 1:10.000, na RMS e entorno, em convênio com a Conder, de 1:25.000, no Oeste e no Litoral, e de 1:50.000 no Semiárido, com homologação pela Diretoria de Serviço Geográfico do Exército Brasileiro	
Uso Atual das Terras	Estudo sistemático que mapeia os diversos tipos de uso do solo e as pressões exercidas sobre os recursos naturais, permitindo acompanhar a evolução e/ou retração das fronteiras agro-silvo-pastoris por bacia hidrográfica	

Fonte: SEPLAN /SEI

GESTÃO FINANCEIRA

EQUILÍBRIO E TRANSPARÊNCIA
NA GESTÃO FISCAL

Equilibrar as contas públicas, gerando recursos para suprir as despesas de custeio e os investimentos, além de promover a melhoria na qualidade do gasto público, são destaques entre os objetivos globais da Secretaria da Fazenda do Estado. Nessa perspectiva, os resultados apresentados em 2011 demonstram que o Estado vem mantendo o equilíbrio fiscal, cumprindo todos os

limites instituídos na Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF e atendendo às metas estabelecidas no Programa de Ajuste Fiscal.

RECEITAS PÚBLICAS

As receitas realizadas em 2011, nelas compreendidas as Receitas Correntes e de Capital, totalizaram R\$ 27,1 bilhões, alcançando 95,4% da previsão anual. Comparando os resultados apurados com o exercício de 2010, observa-se, conforme indicado na Tabela 3, um crescimento nominal na ordem de 8,9%.

TABELA 3		BALANÇO ORÇAMENTÁRIO DA RECEITA				Bahia, 2008-2011	
RECEITA	Previsão atualizada 2011	REALIZADO (EM R\$ 1.000,00)				Realização % 2011	Variação % 2011 / 2010
		2011	2010	2009	2008		
RECEITAS CORRENTES	26.545.873	26.161.887	23.533.327	19.959.312	19.317.522	98,55	11,17
Receita Tributária	14.196.879	14.183.219	12.876.989	10.840.388	10.886.568	99,90	10,14
ICMS	12.358.432	12.161.097	11.153.957	9.352.063	9.558.039	98,40	9,03
Outras Tributárias	1.838.446	2.022.121	1.723.032	1.488.325	1.328.529	109,99	17,36
Receita de Contribuições	1.388.408	1.599.077	1.384.474	1.226.913	1.027.654	115,17	15,50
Receita Patrimonial	273.585	416.364	476.768	219.558	246.955	152,19	(12,67)
Receita Agropecuária	1.713	286	203	236	30	16,71	40,82
Receita Industrial	216	71	29	9	0	32,90	148,05
Receita de Serviços	211.796	87.100	95.317	90.485	65.345	41,12	(8,62)
Transferências Correntes	10.037.910	10.139.369	8.818.200	7.787.363	7.284.669	101,01	14,98
FPE	5.449.265	5.645.964	4.583.478	4.252.534	4.220.382	103,61	23,18
Outras Transferências	4.588.645	4.493.404	4.234.723	3.534.829	3.064.287	97,92	6,11
Outras Receitas Correntes	1.495.419	1.014.923	1.000.025	750.448	677.747	67,87	1,49
Conta Retificadora	(2.846.122)	(3.054.185)	(2.673.558)	(2.317.838)	(2.173.385)	107,31	14,24
Receitas Intra-Orçamentárias Correntes	1.786.071	1.775.662	1.554.881	1.361.750	1.301.939	99,42	14,20
RECEITAS DE CAPITAL	1.836.558	912.649	1.325.860	1.472.569	333.084	49,69	(31,17)
Operações de Crédito	1.014.627	448.565	652.242	987.706	133.329	44,21	(31,23)
Operações de Crédito Internas	860.144	376.101	472.332	206.506	82.726	43,73	(20,37)
Operações de Crédito Externas	154.483	72.464	179.910	781.200	50.603	46,91	(59,72)
Alienação de Bens	85.984	8.339	12.663	4.352	12.388	9,70	(34,15)
Amortização de Empréstimos	72.418	93.369	75.726	62.935	67.849	128,93	23,30
Transferências de Capital	652.907	362.375	585.211	417.577	118.777	55,50	(38,08)
Outras Receitas de Capital	10.623	-	18	0	742	0,00	(100,00)
TOTAL	28.382.432	27.074.535	24.859.188	21.431.881	19.650.606	95,39	8,91

Fonte: SICOF/SEFAZ/SAF/COPAF

RECEITAS CORRENTES

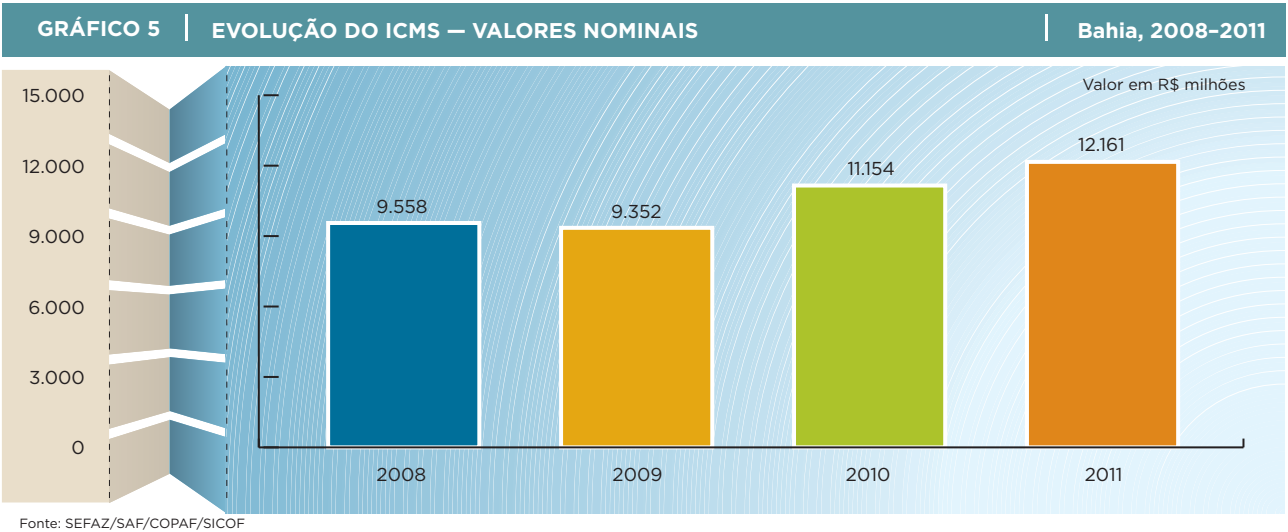
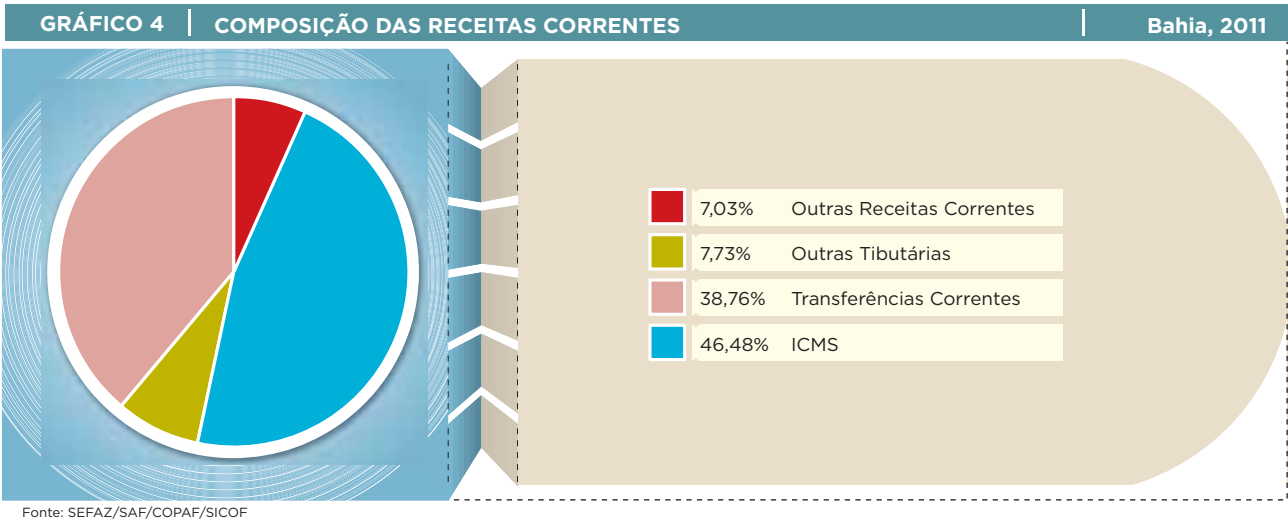
Correspondem às receitas realizadas pelo Estado, suas autarquias, fundações, fundos e empresas estatais dependentes, através de impostos, taxas, transferências constitucionais, legais e outras. Foram arrecadados nesta categoria, em 2011, R\$ 26,2 bilhões, representando uma realização de 98,6% das receitas correntes previstas no ano e um crescimento nominal de 11,2% em relação a 2010.

As Receitas Tributárias, principal item das Receitas Correntes, representam 54,2% delas e totalizaram R\$ 14,2 bilhões em 2011; e a arrecadação do Imposto sobre Operações Relativas à Circula-

ção de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS representou 46,8% do total das receitas correntes, conforme se observa no Gráfico 4.

ARRECADAÇÃO DO ICMS

As receitas provenientes do ICMS, que equivalem a 85,7% da receita tributária, apresentaram arrecadação de R\$ 12,2 bilhões em 2011, como demonstra o Gráfico 5. Este montante representa um crescimento nominal de 9% em comparação com o mesmo período do ano anterior.





Manu Dias/SECOM

Setor Industrial, seguido pelo comercial, foi o maior responsável pelo crescimento da arrecadação do ICMS em 2011

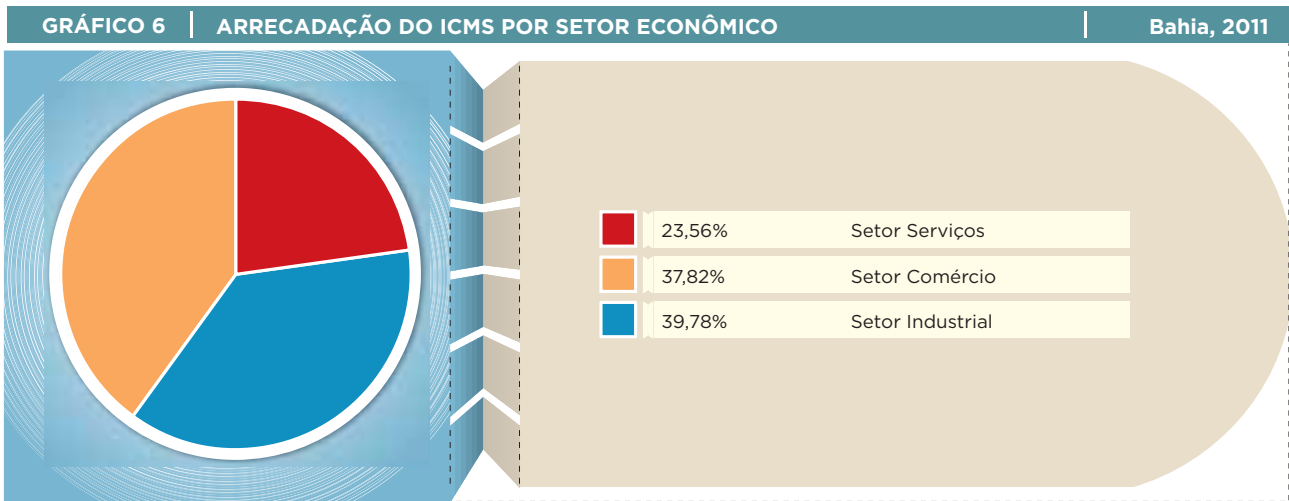
O ICMS incide sobre operações realizadas por empresas que atuam em diversos segmentos de mercado. O Gráfico 6 demonstra a participação percentual dos três grandes setores econômicos na arrecadação total desse imposto.

Em 2011, verificou-se crescimento nos setores de Comércio (7,6%), Indústria (11,1%) e Serviços (8,7%), os quais contribuíram para um melhor desempenho da arrecadação do ICMS, quando comparado ao mesmo período de 2010. No setor de Indústria, o segmento petróleo apresentou uma variação nominal positiva de 9,6%. Já no setor de Comércio, tanto

o segmento varejista quanto o atacadista obtiveram variações nominais positivas de 12,5% e 1,8% respectivamente, comparativamente ao ano anterior.

ARRECADAÇÃO DO IPVA

O IPVA apresentou, no ano de 2011, uma variação nominal positiva de 26,8%, se comparado com 2010, sendo arrecadados R\$ 627,6 milhões, apresentando reflexos das medidas anticrise adotadas pelo Governo e também pelo esforço empreendido na ação fiscalizadora.



Fonte: SEFAZ/SAF/COPAF/SICOF



Prédio da Secretaria da Fazenda – SEFAZ

RECEITAS DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS – FPE

As Transferências Correntes representam 38,8% das Receitas Correntes realizadas e são compostas pelas transferências constitucionais e legais da União, destacando-se o FPE, que participa com 55,7% do total realizado e que apresentou, em 2011, uma variação nominal positiva de 23,2% em relação a 2010, atingindo o montante de R\$ 5,7 bilhões, conforme indica o Gráfico 7.

RECEITAS DE CAPITAL

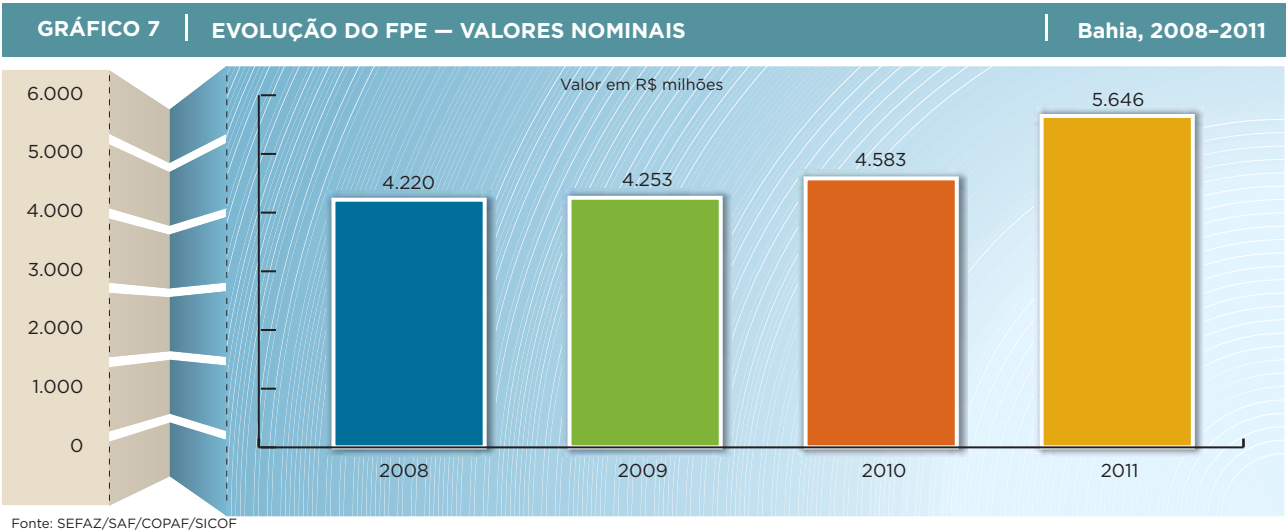
As Receitas de Capital, cuja composição está demonstrada no Gráfico 8, totalizaram, em 2011, R\$ 912,7 milhões. Estas receitas foram originadas através do ingresso de recursos relativos às Operações de Crédito para aplicação nos programas de investimentos governamentais (R\$ 448,6 milhões), às Alienações de Bens (R\$ 8,3 milhões), às Amortizações de Empréstimos (R\$ 93,4 milhões) e às Transferências de Capital (R\$ 362,4 milhões). Foram realizados, nessa rubrica, 39,7% da previsão anual.

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

A Receita Corrente Líquida – RCL é um parâmetro previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal e é sobre ele que se calculam os limites das despesas com pessoal e dívida pública. Em 2011, essa receita apresentou um crescimento de 10,7% em relação a 2010, representando um montante de R\$ 19,2 bilhões, demonstrado no Gráfico 9.

COMPORTAMENTO DAS DESPESAS PÚBLICAS

A Despesa Total do Estado da Bahia, prevista para o exercício de 2011 e demonstrada na Tabela 4 e no Gráfico 10, é de R\$ 29,4 bilhões, apresentando um



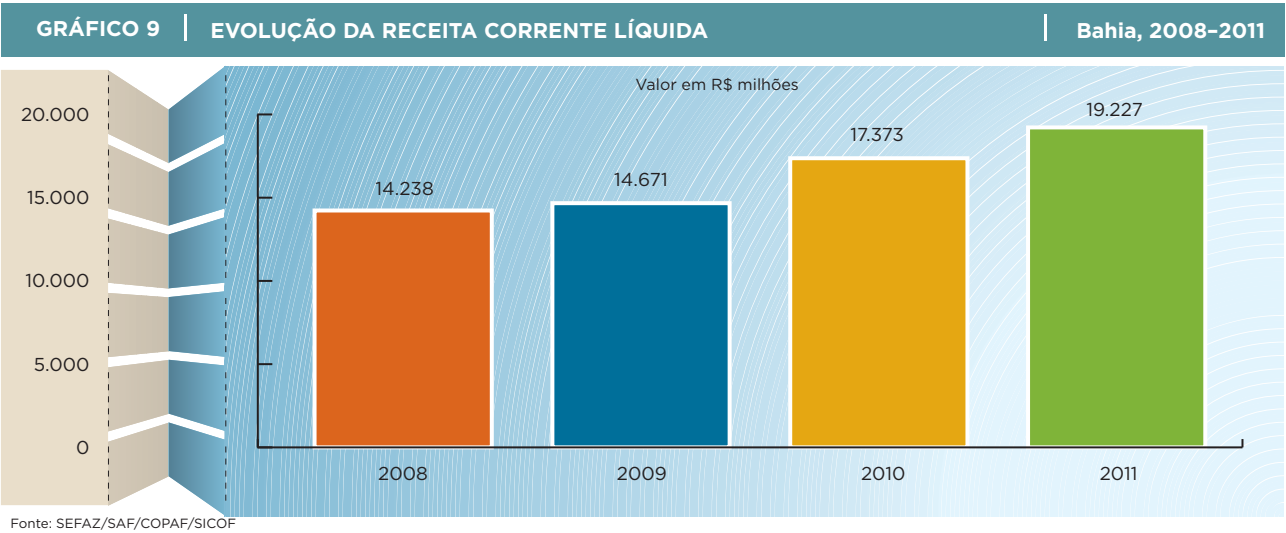
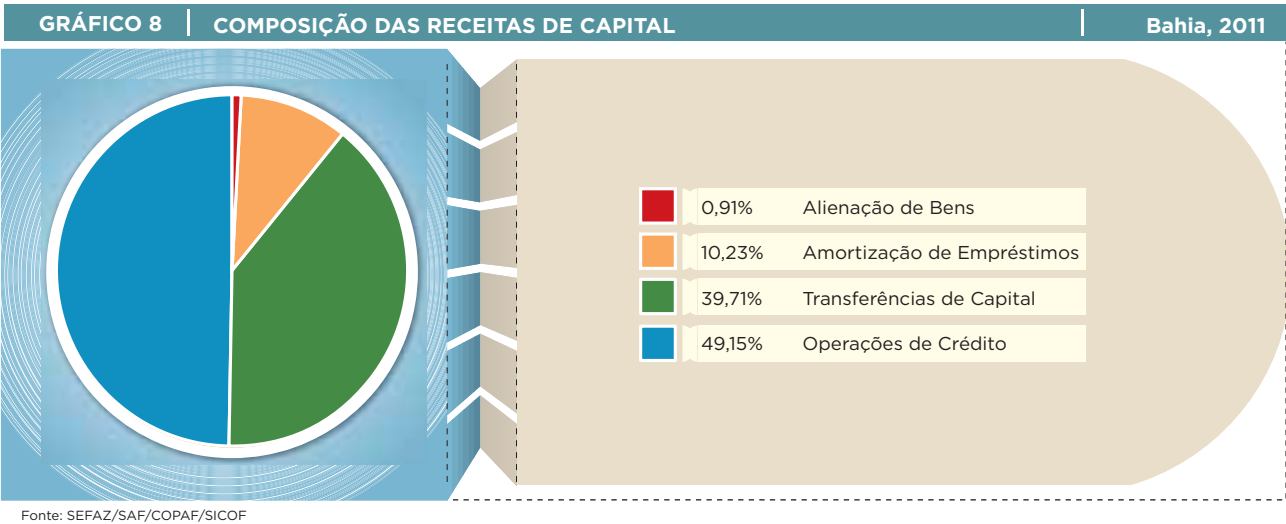
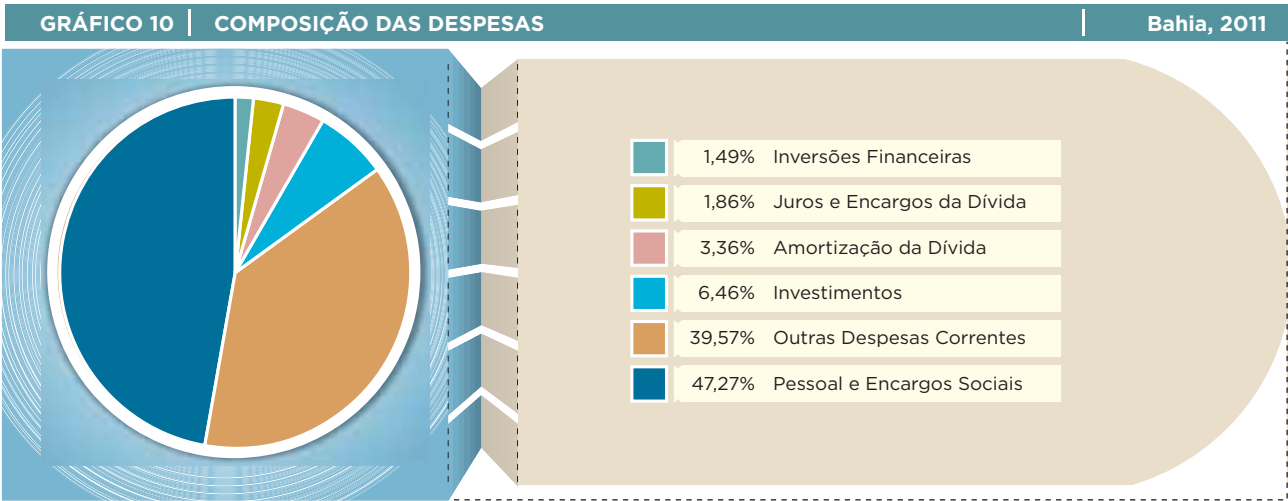


TABELA 4	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO DA DESPESA					Bahia, 2008-2011	
RECEITA	Dotação atualizada 2011	REALIZADO (EM R\$ 1.000,00)				Realização % 2011	Variação % 2011/2010
		2011	2010	2009	2008		
DESPESAS CORRENTES	25.100.140	24.070.824	21.502.299	18.534.874	17.002.090	95,90	11,95
Pessoal e Encargos Sociais	13.217.062	12.828.657	11.470.360	10.500.244	9.380.190	97,06	11,84
Juros e Encargos da Dívida	510.667	503.486	510.138	525.354	565.027	98,59	(1,30)
Outras Despesas Correntes	11.372.411	10.738.681	9.521.801	7.509.277	7.056.872	94,43	12,78
Transf. Const. aos Municípios	3.270.585	3.567.638	3.225.227	2.699.221	2.750.143	109,08	10,62
Demais Despesas Correntes	8.101.826	7.171.043	6.296.574	4.810.056	4.306.729	88,51	13,89
DESPESAS DE CAPITAL	4.283.532	3.068.706	3.165.694	2.840.059	2.872.939	71,64	(3,06)
Investimentos	2.857.108	1.752.502	2.046.146	1.329.025	1.217.185	61,34	(14,35)
Inversões Financeiras	512.577	404.295	247.641	245.310	198.000	78,87	63,26
Amortização da Dívida	913.846	911.908	871.906	1.265.724	1.457.755	99,79	4,59
RESERVAS DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	29.383.671	27.139.530	24.667.993	21.374.934	19.875.029	92,36	10,02



valor realizado de R\$ 27,1 bilhões, o que representa uma realização de 92,4% e um crescimento de 10% se comparado ao ano anterior.

Para o Poder Executivo, a despesa total prevista no exercício de 2011 foi de R\$ 26,7 bilhões, tendo apresentado um valor realizado de R\$ 24,5 bilhões, o que representa uma realização de 91,8%. Desse total, as Despesas Correntes totalizaram R\$ 21,5 bilhões e as Despesas de Capital R\$ 3 bilhões.

As Despesas Correntes são compostas pelos gastos de caráter permanente e continuado da atividade governamental. No período em análise, elas atingiram o montante de R\$ 24,1 bilhões, representando 88,7% do total gasto pelo Estado em 2011, com realização de 95,9% do valor orçado anual.

As despesas com Pessoal e Encargos Sociais somaram R\$ 12,8 bilhões, os Juros e Encargos da Dívida totalizaram R\$ 503,5 milhões e as Outras Despesas Correntes apresentaram um total realizado de R\$ 10,7 bilhões.

As Despesas de Capital totalizaram R\$ 3,1 bilhões, com uma realização de 71,6% do valor orçado no ano. Essa categoria é representada pelos Investimentos, com valor de R\$ 1,8 bilhão, seguida da Amortização da Dívida e Inversões Financeiras, com R\$ 911,9 milhões e R\$ 404,3 milhões, respectivamente.

PESSOAL E ENCARGOS

As despesas com Pessoal e Encargos Sociais são as mais significativas no conjunto das despesas e se mantiveram, em relação à Receita Corrente Líquida dos 12 últimos meses, abaixo do limite prudencial permitido pela LRF, conforme observado na Tabela 5.

APLICAÇÃO DE RECURSOS EM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

Consideram-se despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino aquelas relativas à remu-

TABELA 5		DESPESAS DE PESSOAL x RECEITA CORRENTE LÍQUIDA				Bahia, 2008-2011	
PODER	% Limite Prudencial	% Limite Máximo	% DESPESA DE PESSOAL REALIZADA / RCL				
			2011	2010	2009	2008	
Executivo e Defensoria	46,17	48,60	44,41	43,18	46,75	43,09	

Fonte: SICOF/SEFAZ/SAF/COPAF
RCL Dez 2011 = R\$ 19.226.970 mil

neração do magistério, manutenção e desenvolvimento do ensino de educação básica, profissional e superior, além de investimentos para expansão e melhoria da qualidade de ensino.

Do total da Receita Líquida sobre Impostos e Transferências Constitucionais, o Governo do Estado aplicou, em 2011, um total de R\$ 4,2 bilhões nas despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino, correspondendo a 25,9% destas receitas, conforme apresentado na Tabela 6.

APLICAÇÃO DE RECURSOS EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE

Consideram-se despesas com ações e serviços públicos de saúde aquelas com pessoal, custeio ou investimentos, financiadas pelo Governo do Estado, relacionadas a programas finalísticos e de apoio, inclusive administrativo, que atendam a critérios específicos e que estejam alocadas em Fundo de Saúde.

Os gastos com saúde totalizaram R\$ 2,2 bilhões em 2011, correspondendo a 13,4% da Receita Líquida de Impostos e Transferências, superando o limite de 12% estabelecido pela Emenda Constitucional nº 29, conforme demonstra a Tabela 7.

DÍVIDA PÚBLICA

Com o objetivo de manter o equilíbrio das contas públicas, o Governo da Bahia vem conservando o nível de endividamento estadual dentro dos limites estabelecidos pelo Senado Federal e pela Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF.

A relação entre a Dívida Consolidada Líquida – DCL e a Receita Corrente Líquida – RCL correspondeu a 0,5 em 2011, bem inferior ao limite fixado pelo Senado Federal, de duas vezes a RCL. Observa-se na Tabela 8 a redução significativa do índice, quando comparado àquele obtido ao final dos exercícios anteriores.

TABELA 6	APLICAÇÃO DE RECURSOS EM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO				Bahia, 2008-2011
DESCRIÇÃO	REALIZADO (EM R\$ 1.000,00)				Limite Constitucional
	2011	2010	2009	2008	
Receita Líquida de Impostos	16.026.202	14.024.226	12.155.265	12.247.925	
Total da despesa aplicada para fins de limite constitucional	4.148.980	3.709.187	3.332.769	3.392.010	
% aplicado na manutenção e desenvolvimento do ensino	25,89%	26,45%	27,42%	27,69%	25,00%

Fonte: SICOF/SEFAZ/SAF/COPAF

TABELA 7	APLICAÇÃO DE RECURSOS EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE				Bahia, 2008-2011
DESCRIÇÃO	REALIZADO (EM R\$ 1.000,00)				Limite Constitucional
	2011	2010	2009	2008	
Receita Líquida de Impostos	16.026.201	14.024.226	12.155.265	12.247.925	
Total das Despesas Próprias com Saúde	2.154.555	1.931.511	1.687.967	1.571.286	
% Aplicado nas Despesas Próprias com Saúde	13,44%	13,77%	13,89%	12,83%	12,00%

Fonte: SICOF/SEFAZ/SAF/COPAF

TABELA 8	RELAÇÃO DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA / RCL	Bahia, 2008-2011
ANO	DÍVIDA / RCL	
2008	0,72	
2009	0,63	
2010	0,52	
2011	0,46	

Fonte: SICOF/SEFAZ/SAF/COPAF

Conforme demonstrado na Tabela 9, a evolução anual do prazo e juros médios da dívida pública do Estado da Bahia apresenta redução de seus valores no período de 2004 a 2011. No tocante à dívida externa, verifica-se, a partir de 2009, um aumento do prazo médio e redução do patamar de juros médios, devido à contratação de novas operações de

créditos com tais características, ou seja, com maiores prazos e menores taxas de juros. Quanto à dívida interna, nota-se, a partir de 2009, um discreto aumento na taxa de juros médios devido a algumas contratações de operações de crédito com taxas de juros acima da carteira estadual.

RESULTADO PRIMÁRIO

O Resultado Primário demonstra a capacidade do Estado em honrar o pagamento do serviço da sua dívida. Em 2011, a Bahia obteve o resultado primário de R\$ 772,9 milhões, superior à meta estabelecida na LDO, no valor de R\$ 394,6 milhões, cuja evolução pode ser verificada na Tabela 10.

TABELA 9	EVOLUÇÃO ANUAL DE PRAZOS E TAXAS DE JUROS MÉDIOS						Bahia, 2004-2011	
DESCRIÇÃO	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
DÍVIDA EXTERNA								
Prazo Médio	11,1	11,7	11,2	10,5	9,9	12,9	12,6	12,2
Juros Médios	4,21%	4,42%	4,72%	4,52%	4,00%	2,84%	2,54%	2,21%
DÍVIDA INTERNA								
Prazo Médio	16,4	15,7	14,8	14,2	13,5	12,9	12,7	12,3
Juros Médios	5,86%	5,96%	6,02%	5,79%	5,62%	5,69%	5,77%	5,80%
DÍVIDA TOTAL								
Prazo Médio	15,5	15,1	14,3	13,6	12,8	12,9	12,7	12,3
Juros Médios	5,58%	5,72%	5,81%	5,61%	5,33%	5,09%	5,12%	5,04%

Fonte: SEFAZ/SAF/DEPAT/GEPUB

TABELA 10	RESULTADO PRIMÁRIO			Bahia, 2008-2011
RECEITAS FISCAIS	RECEITAS REALIZADAS (EM MIL REAIS)			
	2011	2010	2009	2008
Receitas Fiscais Correntes	25.845.592	23.295.670	19.766.483	19.106.671
Receitas Fiscais de Capital	362.375	585.229	417.577	119.519
Receitas Fiscais	26.207.967	23.880.900	20.184.060	19.226.190
DESPESAS FISCAIS	DESPESAS REALIZADAS			
	2011	2010	2009	2008
Despesas Fiscais Correntes	23.567.338	20.992.161	18.009.520	16.437.063
Despesas Fiscais de Capital	1.867.686	2.144.226	1.436.561	1.351.782
Reserva de Contingência	-	-	-	-
Despesas Fiscais	25.435.024	23.136.387	19.446.082	17.788.844
RESULTADO PRIMÁRIO	772.944	744.513	737.978	1.437.346

Fonte: SICOF/SEFAZ/SAF/COPAF

LDO - Meta do Resultado Primário para o ano de 2011 = R\$ 394.612 mil

GESTÃO FISCAL

O Conselho de Fazenda, órgão responsável por julgar litígios decorrentes de lançamentos de tributos e aplicação de penalidades, disponibilizará em breve os serviços proporcionados pelo *software* denominado “motor de busca” (em processo de homologação), que permitirá às partes envolvidas no processo (servidores fiscais, advogados, contabilistas e sociedade em geral) acessar, via internet, informações relativas aos julgamentos realizados no período de 2002 a 2011, facilitando e disseminando a jurisprudência administrativa.

Agregando-se aos recentes projetos de modernização do fisco, a SEFAZ está implantando o Processo Administrativo Fiscal Eletrônico – PAF-e, previsto para entrar em vigor no prazo de um ano.

Mediante convênio de cooperação técnica, assinado entre a Sefaz/Auditoria Geral do Estado e a Controladoria Geral da União – CGU, está sendo implantado, de forma pioneira no Estado, o Observatório da Despesa Pública – ODP, que garantirá transparência na utilização dos recursos públicos. Trata-se de uma proposta inovadora para o combate e prevenção da corrupção. O ODP consiste em uma unidade de produção de informações estratégicas e tem como principal objetivo a antecipação de situações para encaminhamento preventivo de soluções por meio do monitoramento.

Com o objetivo de promover a participação da sociedade civil no acompanhamento e controle da gestão pública e de fortalecer a interação entre sociedade e governo, a SEFAZ, por meio da Auditoria Geral do Estado – AGE, está coordenando a realização da 1ª Conferência Estadual sobre Transparência e Controle Social – 1ª Consocial, que ocorrerá em março de 2012. Como fase preparatória, foram realizadas 40 conferências municipais em 2011, com participação da sociedade civil organizada, para eleger propostas que serão encaminhadas às conferências estadual e nacional.

O propósito de fortalecer o comércio local, aumentar a competitividade entre as empresas e garantir a geração de emprego e renda na Bahia embasaram a decisão pela cobrança de ICMS sobre produtos adquiridos fora do Estado pela internet ou por telemarketing. Nesse sentido, em 2011 foram lavrados 690 Autos de Infração relativos ao comércio eletrônico, resultando em um total de R\$ 1,7 milhão de crédito reclamado aos cofres públicos.

A SEFAZ, em parceria com a Confederação Nacional de Transporte, vem desenvolvendo ações de melhoria de qualidade de vida e responsabilidade social nas estradas baianas. Uma delas é o projeto Momento Saúde, voltado para 600 servidores de postos fiscais, além de rodoviários e motoristas em geral, que, devido à rotina estressante e agitada de trabalho, levam uma vida sedentária e sem tempo para cuidados com a saúde e alimentação. A ação inclui procedimentos médicos, odontológicos, psicológicos e de orientação nutricional.

Além desse projeto, encontra-se em curso o Programa Despoluir, que faz a medição de gases poluentes liberados pelos caminhões e ônibus nas estradas. A ação, de caráter ambiental, orienta os caminhoneiros e motoristas de ônibus sobre a melhor maneira de minimizar o problema.

A atuação conjunta entre o Governo do Estado, através da SEFAZ e da Procuradoria Geral do Estado – PGE, e o Tribunal de Justiça tem agilizado a recuperação de recursos para os cofres públicos, por meio da instalação do Centro Judiciário de Solução de Conflitos Tributários. Para possibilitar a redução dos débitos, foi sancionada a Lei nº 12.218/2011, que permite ao Estado realizar acordos tributários com os contribuintes que possuem dívidas maiores com o fisco, com redução nos valores de até 95%. A medida beneficia mais de 17 mil contribuintes em todo o Estado, envolvendo cerca de 37 mil processos.

Com objetivo de desmontar organização criminosa que atuava na cidade de Tanque Novo e vinha so-negando cerca de R\$ 54 milhões por ano aos cofres

estaduais, foi realizada a Operação Marabu, através da força-tarefa formada pela SEFAZ, Secretaria da Segurança Pública – SSP, através da Delegacia de Crimes Econômicos e Contra a Administração Pública – Dececap e o Ministério Público do Estado da Bahia – MPB. O processo investigativo durou três anos e foi coordenado pela Inspetoria Fazendária de Investigação e Pesquisa – Infip, órgão da SEFAZ, que analisa crimes fiscais no Estado para, assim, evitar que sonegadores retirem da sociedade os benefícios trazidos com o pagamento de impostos, evitando também o estímulo à concorrência desleal para com as empresas que pagam seus impostos em dia.

EDUCAÇÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

O Programa de Educação Tributária – PET-Ba, criado em 1999, visa sensibilizar o cidadão para a função socioeconômica dos tributos, além de levar à população conhecimento sobre administração pública, incentivar o acompanhamento da aplicação dos recursos públicos e criar condições para uma relação harmoniosa entre o Estado e o cidadão. Para tanto, esse programa desenvolve suas ações através dos projetos Educação Fiscal nas Escolas – Pefe, Sua Nota é um Show – SNS, Sua Nota é um Show de Solidariedade – SNSS e Faz Universitário.

Em 2011, o Pefe ofereceu cursos à distância para disseminadores em educação fiscal, buscando ca-

pacitar servidores públicos e educadores da rede pública de ensino. Ao todo foram treinados 232 servidores.

O Governo do Estado, por intermédio da SEFAZ, firmou contrato com a Federação Bahiana de Futebol – FBF para apoio ao Campeonato Baiano 2011 da 1ª Divisão, sendo trocados 2.217.950 notas e/ou cupons fiscais, apresentando um público de 221.795 torcedores nos 66 jogos realizados em que houve a participação do Projeto Sua Nota é um Show. O projeto também apoiou o Campeonato Baiano da 2ª Divisão, no qual foram trocados 496.600 notas e/ou cupons fiscais, com um público de 49.660 pessoas em 23 jogos realizados com a participação do SNS.

O SNSS, por sua parte, beneficiou, na 24ª etapa de apuração (janeiro a abril), 561 instituições da área de saúde e da área social em 190 municípios, sendo distribuídos R\$ 2,9 milhões em recursos públicos para investimentos sociais. Na 25ª etapa de apuração (maio a agosto) foram beneficiadas 567 instituições da área social e de saúde em 193 municípios, sendo distribuídos R\$ 2,9 milhões.

O Faz Universitário, que já beneficiou 4.334 alunos, em 2011 não concedeu novas bolsas de estudo, sendo mantidos os contratos referentes aos anos anteriores.

Ronaldo Silva/SECOM



Projeto Sua Nota é um Show apoiou o Campeonato Baiano de Futebol 2011

PARTICIPAÇÃO E DIÁLOGO SOCIAL

O Governo do Estado, por intermédio da Secretaria de Relações Institucionais – SERIN, aprofundou a interlocução entre os diversos segmentos da sociedade civil e o Poder Executivo, buscando sempre a afirmação dos princípios republicanos, fortalecendo e legitimando de forma autônoma a participação social dos diversos segmentos, através da mediação de conflitos, da concretização permanente do diálogo e da proposição de instrumentos de avanço e efetividade das demandas populares.

Nessa lógica da participação social, o Governo realizou o Plano Plurianual Participativo 2012-2015, com uma metodologia diferente da adotada no I PPA (2008-2011). A nova metodologia possibilitou a participação de um número maior de segmentos representados, conferindo às propostas apresentadas um cunho mais amplo e atendendo com maior eficácia às necessidades territoriais.

A ação da SERIN é orientada pela intersectorialidade, que alicerça ações executadas pelas secretarias e órgãos do Governo do Estado, bem como do Governo Federal. Pode-se citar como exemplo o trabalho de articulação com o Ministério de Desenvolvimento Social, que visava construir políticas públicas para os povos e comunidades tradicionais. Esta ação culminou na criação da Comissão Estadual dos Povos e Comunidades Tradicionais, hoje assumida pela Secretaria de Promoção da Igualdade – SEPROMI. A SERIN também trabalhou na articulação para a formação do Grupo Executivo Intersectorial de Políticas para Povos Indígenas.

A implantação do Projeto Porto Sul, integrado à Ferrovia Oeste-Leste, configura-se como um dos projetos estruturantes do desenvolvimento econômico da Bahia. Em função de sua importância, um conjunto de secretarias, entre as quais a SERIN, realizou uma série de aproximadamente 40 reuniões com segmentos como centrais sindi-

Alberto Coutinho/SECOM



Audiência do Porto Sul em Ilhéus

cais, associações comunitárias, indígenas, grupos de luta pela terra, deputados, vereadores, partidos políticos, sindicatos, colegiados dos territórios e municípios direta ou indiretamente afetados pelo projeto. Dentro dos diversos representantes envolvidos estavam também segmentos da agricultura familiar, por meio da Cooperativa de Trabalho do Estado da Bahia – Cooteba e da Cooperativa de Desenvolvimento Sustentável da Agricultura Familiar do Sul da Bahia – Coofasulba.

Esta ação resultou em audiência pública, na cidade de Ilhéus, que reuniu mais de três mil pessoas e na qual foi apresentado oficialmente o Estudo de Impacto Ambiental – EIA e o Relatório de Impacto Ambiental – Rima, além do projeto do empreendimento. A Coordenação de Articulação Social vem acompanhando também ações de afirmação coletiva como Pacto pela Vida, Movimento de População de Rua, Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, mediação de conflitos fundiários urbanos e mediação de conflitos fundiários rurais.

CONSELHOS

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Bahia – Codes vem promovendo o debate sobre assuntos relativos à dinâmica socioeconômica do Estado por meio do diálogo entre os diversos segmentos da sociedade e os gestores públicos. O objetivo é propor políticas públicas e diretrizes específicas voltadas à promoção do desenvolvimento sustentável da Bahia, produzindo indicações normativas, propostas políticas e acordos de procedimento com vistas à articulação das relações de Governo com representantes da sociedade civil organizada. Em 2011, o Codes promoveu 45 reuniões de trabalho, envolvendo os segmentos da juventude, trabalhadores, empresários e secretários de estado, além de seus conselheiros.

Em uma de suas reuniões, o Conselho aprovou a construção de um Plano de Desenvolvimento Sustentável para a região da Costa das Baleias, no extremo sul do Estado. Iniciado em meados de 2010, o processo de elaboração do Plano envolveu a realização de oficinas regionais e temáticas para discutir as demandas da sociedade civil (recolhidas anteriormente em oficinas municipais), num *workshop* com reconhecidos nomes do ensino e pesquisa no Brasil, fóruns de debate e seminários com a comunidade local, que participou ativamente das decisões tomadas sobre a região. Foram realizadas cerca de duas mil entrevistas com as lideranças locais, gestores públicos estaduais e municipais e com a comunidade. Após 22 oficinas realizadas nos 13 municípios que compõem a região, a sociedade refletiu sobre o desenvolvimento numa perspectiva de política territorial e de sustentabilidade, para construir um plano com a participação da população.

Em seguimento a esse processo, foram acrescentadas ao Plano contribuições dos conselheiros do Codes e das secretarias de estado. O documento finalizado apresenta a proposta de um sistema

de governança para sua implementação a partir das parcerias estabelecidas durante o processo. O Plano de Desenvolvimento Sustentável está concluído e aprovado pelo Conselho, e será lançado pelo governador no início de 2012.

COORDENAÇÃO ESTADUAL DE JUVENTUDE

O marco em prol da juventude baiana, em 2011, foi a criação da Coordenação Estadual de Juventude – Cojuve, que passou a liderar ações de políticas públicas juvenis do Estado, promovendo iniciativas de cooperação com organismos nacionais e internacionais, públicos e privados. A principal ação da nova Coordenação, em conjunto com o Conselho Estadual de Juventude – Cejuve, foi a realização da II Conferência Estadual de Juventude, que reuniu, durante três dias, na Escola Parque, em Salvador, mais de dois mil jovens de todas as partes do Estado.

A Conferência foi precedida de 232 encontros municipais e 26 territoriais, mobilizando mais de 60 mil jovens durante a sua construção. Foram eleitos 92 delegados para a Conferência Nacional e houve avanço significativo, em termos quantitativos, em relação à I Conferência, realizada em 2008. Naquele ano, foram feitas 41 conferências municipais e 22 territoriais, mobilizando cerca de 50 mil jovens durante o período, sendo eleitos 75 delegados.

Cabe destaque, em 2011, a realização da Conferência de Jovens em Medida Socioeducativa e Egressos da Bahia, com a Fundação da Criança e do Adolescente – Fundac/Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza – SEDES, na Comunidade de Atendimento Socioeducativo em Simões Filho (Case CIA). Foram eleitos 15 internos, que representaram o segmento na II Conferência Estadual de Juventude. Destes, dois irão para a Conferência Nacional. Outro ponto importante foi a Consulta aos Povos e Comunidades Tradicionais, que reuniu jovens representantes de comunidades de fundo e de fecho de pasto, indígenas, terreiros,



Rafael Martins/SECOM

A 2ª Conferência Estadual de Juventude reuniu mais de dois mil jovens de todo o Estado

geraizeiros, quilombolas, marisqueiras/pescadores, extrativistas e ciganos, sendo selecionados 50 representantes para a etapa estadual.

A construção e a consolidação das principais dimensões da Política Estadual de Juventude (participação, gestão, marcos legais, articulação e inclusão social dos jovens) demonstram os avanços alcançados.

Outra realização de relevo foi a aprovação, por unanimidade, do Plano Estadual de Juventude (PL 18.532/2010), na Assembleia Legislativa, sancionado pelo governador em 17 de novembro. O Plano constitui-se em importante marco legal que eleva o caráter das políticas públicas de juventude para Política de Estado, reconhece a juventude como categoria social merecedora de atenção e legislação diferenciadas, orienta as intervenções governamentais pelo período mínimo de 12 anos e tem suas metas e objetivos revisados por processos de conferências.

Outras atividades que fizeram parte da pauta da Cojuve: o Encontro de Gestores e Conselhos Municipais de Juventude e o Encontro Nacional de Conselhos e Gestores de Políticas de Juventude, além

de inúmeras reuniões do Fórum Nacional de Secretários e Gestores Estaduais de Políticas de Juventude – Forjuve. Essas ações contribuíram para uma ampliação das conferências municipais e para o entendimento da importância de políticas públicas de juventude também em âmbito municipal.

CONSELHO ESTADUAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

A ampliação da relação do Governo com os setores da sociedade civil, buscando o consenso na área de comunicação, configura-se como um avanço importante, consolidado com a criação do Conselho Estadual de Comunicação Social da Bahia, que tem caráter consultivo e deliberativo e é composto por 27 representantes, sendo sete do poder público e 20 da sociedade civil, sob a presidência do Secretário de Comunicação Social. O órgão tem como objetivo planejar e elaborar políticas públicas voltadas para a comunicação no Estado.

Os representantes da sociedade civil que integram o Conselho, o primeiro a ser criado no Brasil, foram eleitos em 25 de novembro de 2011, em votação realizada na Fundação Luís Eduardo Magalhães – Flem.

CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

O Conselho Estadual de Assistência Social – Ceas, em articulação com a Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza – SEDES, imbuídos do compromisso com a construção democrática e qualificada das conferências municipais, na perspectiva da VIII Conferência Estadual de Assistência Social, realizada em outubro de 2011, promoveu:

- Encontros regionais sobre os subtemas da Conferência, com vistas a sensibilizar, orientar e prestar apoio aos técnicos dos municípios, envolvendo 231 municípios e a participação de 985 pessoas, entre técnicos dos Cras, Creas e conselheiros municipais de assistência social.
- Mobilização dos municípios com vistas à realização das 689 pré-conferências municipais, sendo alcançados 75% dos municípios dos 26 Territórios de Identidade, nas áreas urbana e rural, envolvendo a participação de 32.091 pessoas entre usuários, trabalhadores da área de assistência social, entidades e organizações da sociedade civil e representantes governamentais.
- Realização da VIII Conferência Estadual de Assistência Social, com a presença de 335 municípios, sendo credenciadas 1.187 pessoas

entre usuários, trabalhadores da área de assistência social, entidades e organizações da sociedade civil e representantes governamentais, sendo eleitos 92 delegados estaduais para representação da Bahia na Conferência Nacional de Assistência Social.

CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL – CONSEA

Em 2011, o Consea, em parceria com a SEDES, com a Coordenação Estadual de Territórios e com o Consea Nacional, centrou esforços na realização das Conferências de Segurança Alimentar e Nutricional – SAN nos Territórios de Identidade da Bahia, na perspectiva das conferências estadual e nacional.

As conferências, sob o tema “Alimentação adequada e saudável: direito de todos”, foram orientadas pelo objetivo de construir compromissos para efetivar o direito humano à alimentação adequada e saudável na Bahia e no Brasil, em observância ao previsto no artigo 6º da Constituição Federal. Da mesma forma, visaram promover a soberania alimentar, por meio da implementação da política e do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – Sisan nas esferas de governo, em nível estadual e com participação da sociedade.

Manu Dias/SECOM



Ceas, realizou a 8ª Conferência Estadual de Assistência Social

Antecedendo as conferências territoriais, cerca de 280 municípios realizaram conferências e seminários municipais para eleição dos seus delegados, sendo dois terços da sociedade civil e um terço do poder público, mobilizando um total aproximado de 6 mil munícipes. Entre os meses de junho e julho de 2011, foram realizadas 19 Conferências Territoriais, envolvendo os 26 Territórios de Identidade da Bahia, mobilizando, assim, uma média de 3.800 pessoas de todo o Estado para a discussão preparatória à Conferência Estadual de SAN.

A 4ª Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional ocorreu nos dias 8, 9 e 10 de setembro de 2011, em Salvador, contando com aproximadamente 1.100 participantes entre delegados, convidados e autoridades. Nessa ocasião, foi aprovado em plenária um documento político com o diagnóstico da situação de Insegurança e Segurança Alimentar e Nutricional do Estado da Bahia, bem como as boas práticas do Governo e as prioridades para o Plano Estadual de SAN.

Ainda na Conferência Estadual, o Governo do Estado celebrou com a União dos Municípios da Bahia - UPB o Pacto Pelo Direito à Alimentação Adequada e Saudável no Estado, cujo grande objetivo é a adesão dos municípios baianos ao Sisan e a consequente elaboração de seus planos municipais de segurança alimentar e nutricional.

A 4ª Conferência Nacional de SAN foi realizada nos dias 7, 8, 9 e 10 de novembro de 2011, no Centro de Convenções da Bahia, com apoio do Governo do Estado, através da SEDES. O evento reuniu cerca de 2.200 participantes, entre delegados, convidados e autoridades brasileiras e internacionais.

COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

Este colegiado tem seu papel definido pela política de assistência social, tanto quanto às pactuações necessárias para a organização e a operacionalização do Sistema Único de Assistência Social



Conferência Estadual de Segurança Alimentar

- Suas no âmbito estadual e municipal, como no que se refere à qualificação dos bens, serviços e benefícios ofertados pela rede socioassistencial vinculada a esse Sistema.

Dentre as ações promovidas pela Secretaria Técnica, a atuação do Suas contempla a quase totalidade dos 417 municípios do Estado: 399 na habilitação básica (95%) e 17 na habilitação plena (4%), ou seja, 416 municípios. Assim, encontrando-se apenas um município em etapa inicial de gestões para acessar à expansão de recursos e dos serviços de proteção social básica.

CONSELHOS, COLEGIADOS E CONSÓRCIOS DA POLÍTICA ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

Em referência aos conselhos, colegiados e consórcios da Política Estadual de Desenvolvimento Territorial, podem ser destacadas as seguintes atividades:

- Apoio às atividades do Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial - Cedeter e do Conselho de Acompanhamento do Plano Plurianual - Cappa, inclusive na alteração de alguns limites territoriais, mudanças de toponímias, criação do 27º Território de Identidade do Estado (Costa do Descobrimento), construção dos novos colegiados territoriais



Mila Cordeiro/SECOM

Atividades do Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial - Cedeter

- Codeter e mobilização dos Territórios para a realização do PPA-P e outras conferências estaduais nas áreas de saúde, educação, segurança alimentar e cultura, entre outras.
- Construção de um novo modelo de apoio institucional aos colegiados territoriais, que entrará em operação em 2012, oferecendo mais segurança e recursos para a realização das atividades de gestão e planejamento dos Territórios.
- Elaboração de proposta de marco legal para o Sistema de Participação Territorial, envolvendo o Cedeter, Codeter, Cappa e Coordenação Estadual dos Territórios - CET, para apreciação da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia - Alba, estabelecendo a política territorial como uma política de estado.
- Elaboração, com a participação de diversas secretarias de Estado, dos consórcios públicos e do Cedeter, da proposta de Política Estadual de Apoio e Fomento aos Consórcios Públicos, a ser apreciada pela Alba, além de um "caderno de oportunidades" relacionando as ações governamentais que poderão ser executadas com a parceria dos consórcios públicos.

No âmbito do Codeter, destaca-se a colaboração para a formação de mais quatro consórcios intermunicipais nos Territórios de Identidade: Bacia do Jacuípe, Recôncavo, Itaparica e Semiárido Nordeste II e o Piemonte Norte do Itapicuru.

RELAÇÃO FEDERATIVA

Em 2011, foram realizados sete encontros entre associações municipais regionais e consórcios intermunicipais do Estado da Bahia, elaborados 417 perfis institucionais e 834 cenários políticos das prefeituras, associações de prefeituras e consórcios públicos.

O Governo do Estado, por intermédio da SERIN, alimentou o Sistema de Relações Institucionais - SRI com 1.245 registros de pleitos, em contribuição à tramitação das demandas; além disso, prestou assessoramento a 417 Prefeituras e acompanhou 912 demandas do executivo municipal em 219 municípios e articulou 2.226 demandas (pleitos e convênios) junto à oferta pública estadual e federal.

ASSUNTOS LEGISLATIVOS

A SERIN facilitou o acesso dos parlamentares às informações pertinentes aos programas e projetos desenvolvidos pelo Governo do Estado, por intermédio de reuniões, explanações e encaminhamentos de notas técnicas. A Secretaria também intensificou a interlocução de deputados e vereadores no âmbito das secretarias e órgãos, e monitorou as proposições enviadas ao Poder Legislativo. Das 34 proposições encaminhadas pelo Executivo, 27 foram aprovadas.

Realizou-se, ademais, um trabalho de sistematização da composição política das câmaras municipais e presidências dos partidos nos municípios baianos, aumentando o estreitamento da relação entre a Secretaria e as Câmaras e repactuando a relação federativa.

DESENVOLVIMENTO
DA GESTÃO PÚBLICA

O Governo da Bahia implementou, em 2011, importantes iniciativas com o propósito de dotar a estrutura do Estado de melhores condições para atender às demandas da sociedade, na forma descrita a seguir:

PROGRAMA NACIONAL DE APOIO À
MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO E DO
PLANEJAMENTO DOS ESTADOS E DO
DISTRITO FEDERAL - PNAGE

O objetivo do Pnage é modernizar o planejamento e a gestão pública dos Estados e do Distrito Federal, a partir da implementação de ferramentas e técnicas capazes de munir os gestores de informações suficientes e confiáveis para corrigir ou manter os cursos das ações. Na Bahia, o Programa é desenvolvido pelas Secretarias da Administração - SAEB e Planejamento - SEPLAN, com recursos da ordem de R\$ 16,5 milhões, dos quais R\$ 10,3 milhões oriundos do Banco Interamericano do Desenvolvimento - BID, e R\$ 6,2 milhões em contrapartida do Tesouro. Até 2011 foram aplicados 65% dos recursos. As ações desenvolvidas pelo Pnage são voltadas para

o atendimento às necessidades e demandas sociais por serviços públicos cada vez mais eficientes.

Nessa perspectiva, foram contratadas duas consultorias em 2011: a primeira direciona-se ao redesenho do Sistema Estadual de Planejamento - SEP/Sepege, com valor contratado de R\$ 822 mil. Seu objetivo central é propor a remodelagem institucional das estruturas que integram o SEP, bem assim acompanhar a sua implantação a partir do mapeamento, análise e revisão dos processos nas áreas de planejamento estratégico, gestão orçamentária, monitoramento e avaliação dos programas governamentais e de cooperação técnica. A segunda consultoria é voltada para monitoramento e avaliação, com recursos da ordem de R\$ 670 mil. É seu objetivo aperfeiçoar a atuação da SEPLAN, desenvolvendo metodologia de monitoramento e avaliação dos programas de governo utilizando ferramentas capazes de dar efetividade às políticas públicas.

SISTEMA ESTADUAL
DE ADMINISTRAÇÃO

Com o objetivo de dotar a Administração Pública de um instrumento que possibilite a gestão integrada de seus processos, de forma ágil,

INICIATIVAS IMPLEMENTADAS PNAGE	
CONCLUÍDAS	
Macropolítica e Políticas Setoriais de Gestão Pública.	Formulação de macropolíticas e políticas de gestão para resgate do papel sistêmico da SAEB, visando nortear as decisões da alta administração e a concepção de um novo modelo de gerenciamento das atividades-meio do Poder Executivo.
Mapeamento dos Macroprocessos de Gestão	Mapeamento dos macroprocessos de gestão de Recursos Humanos, Logística de Suprimento e Patrimônio, Desenvolvimento de Lideranças e Transparência Administrativa e Participação Social
Modelo de Descentralização e Parceria de Gestão	Estudo sobre os Modelos de Descentralização e de Parcerias de Gestão existentes no Brasil e na Bahia como alternativa de melhor prestação de serviços à sociedade.
Rede de Consultores do Plano Diretor de Gestão	Formação da rede de consultores internos que possibilita a ampliação da capacidade do Estado em disseminar ferramentas de gestão adequadas à realidade de cada organização estadual
Capacitação em Tecnologia da Informação	Capacitação de profissionais de TIC, proporcionando o fortalecimento da cultura de gestão e uso da tecnologia no Estado.
Modelo de Compras Governamentais com ênfase nas micro e pequenas empresas baianas - Sustentabilidade	Concepção e implementação de políticas de medidas de compras governamentais centradas na promoção do consumo e produção sustentáveis.

transparente e segura, fortalecendo a capacidade de execução das atividades-meio, nos segmentos de recursos humanos, serviços administrativos, licitação e modernização administrativa, foi definido pelo Governo do Estado o redesenho do Sistema Estadual de Administração – SEA, visando à melhoria dos serviços prestados ao cidadão. Para a realização deste projeto, foi contratada uma consultoria, com recursos do Pnag, utilizando-se como estratégia o envolvimento de servidores das unidades que constituem o Sistema, responsáveis pela execução dos processos a serem redesenhados.

PLANO DIRETOR DE GESTÃO

O Plano Diretor de Gestão do Estado da Bahia, implementado em 2007, visa disseminar tecnologias de gestão adequadas à realidade de cada organização. Em 2011, 22 organizações estaduais foram favorecidos por 40 ações de disseminação.

Com a finalidade de aumentar a capacidade da SAEB em disseminar tecnologias de gestão, formou-se em 2011 a Rede de Consultores Internos do Estado da Bahia, grupo de servidores efetivos aptos a disseminar o Planejamento Estratégico, a Análise e Melhoria de Processos e a Metodologia de Gerenciamento de Projetos. Já utilizando a Rede, foram disseminados na Desenhahia o Planejamento Estratégico e a Metodologia de Gerenciamento de Projetos, e na Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza – SEDES a Análise e Melhoria de Processos.

ORGANIZAÇÕES SOCIAIS

O Programa de Organizações Sociais configura-se como um instrumento de gestão de serviços públicos no âmbito da sociedade. Por meio desse modelo, em 2011 15 serviços públicos, foram geridos por 12 organizações sociais, dentre as 41 entidades qualificadas, envolvendo recursos anuais

da ordem de R\$ 311 milhões, sendo 98% destinado à área da saúde. O interesse por esse modelo de gestão tem crescido entre os órgãos públicos, traduzido pela crescente demanda por novas publicizações nas áreas de atuação da SEDES, Irdeb, SESAB, SETRE, SEMA e SEDUR.

Em 2011, foi concluído o estudo sobre Modelos de Descentralização e de Parcerias de Gestão, de abrangência nacional, que, entre outros produtos, resultou em um plano de implementação, no âmbito do Executivo, com o propósito de aprimorar o marco legal e fortalecer o ambiente institucional, orientar a gestão para resultados e aprimorar os instrumentos de seleção e contratação. Esse plano é composto de 16 iniciativas, entre as quais a instituição do sistema integrado e da política de descentralização e de parcerias de gestão.

COMPROMISSO BAHIA

Agregando à gestão do gasto conceitos como bom desempenho, combate ao desperdício, economia de recursos e satisfação dos usuários e servidores, foi lançado o Programa Compromisso Bahia. Em sua primeira fase, que correspondeu ao período de 2007 a 2010, a racionalização do gasto público mirou em três dimensões: folha de pagamento de pessoal, licitações e custeio. Com as ações de combate ao desperdício executadas, foram economizados R\$ 610,4 milhões até 2010, resultado este que superou a meta prevista de R\$ 492,5 milhões em cerca de R\$ 118 milhões, como pode ser observado na Tabela 11.

TABELA 11	ECONOMIA APURADA - COMPROMISSO BAHIA (EM R\$ 1.000,00)		Bahia, 2007-2011
Área de Atuação	Meta (A)	Economia (B)	C= B - A
Gestão de Pessoas	122.461	142.837	20.376
Licitações	220.000	160.856	(59.144)
Custeio	150.000	306.733	156.733
TOTAL	492.461	610.426	117.965

Fonte: SAEB

Considerando que as despesas com o custeio vêm crescendo ao longo dos anos, o governo baiano instituiu mecanismos de controle e acompanhamento sistêmicos mais rigorosos, através da alteração do Programa pelo Decreto nº 12.588 de fevereiro de 2011. Tem início, a partir de então, uma segunda fase do Compromisso Bahia, caracterizada não somente pelo desenvolvimento, implantação e disseminação de práticas voltadas para a melhoria da gestão do gasto público, mas também para o seu monitoramento e avaliação.

SISTEMA DE CORREIÇÃO

Com a finalidade de fiscalizar e controlar a atuação funcional e a conduta dos servidores, como também uniformizar os procedimentos nas apurações de irregularidades e malversação dos recursos públicos, a Corregedoria Geral contemplou, em 2011, ações de caráter continuado, visando assegurar prestação de serviço de qualidade ao cidadão e a satisfação aos interesses da sociedade, prevenindo e eliminando as possibilidades de infrações e ilícitos administrativos.

Entre o período de 2008 e 2011, a Corregedoria contabilizou 53 operações correicionais, com 123.562 inspeções realizadas no Estado. Do total de 24.903 desconformidades encontradas, 8.609 casos foram regularizados, 425 geraram processos administrativos e 1.490 resultaram em exonerações, demissões e distratos por irregularidade funcional. Pontualmente, em 2011, foram realizadas 39.673 inspeções, apurando-se 10.308 casos de desconformidade, produto de 20 operações.

COMPRAS PÚBLICAS

O Governo do Estado vem dotando a Administração de instrumentos que incrementem a distribuição de renda, a regionalização das ações e o fortalecimento dos pequenos empreendimentos, a exemplo do decreto estadual 12.678/11, que detalha o tratamento diferenciado para ampliar a participação de micro e pequenas empresas (MPE) nas licitações realizadas pelo Executivo, incentivando a contratação das empresas desse segmento sediadas nos pequenos municípios, através da preferência pela modalidade pregão presencial.

PRINCIPAIS OPERAÇÕES CORREICIONAIS - 2011*	
DISCRIMINAÇÃO	RESULTADOS
Operação Universidades - analisar a regularidade das situações de acúmulo de cargos e compatibilidade de carga horária e em regime de dedicação exclusiva de servidores de quatro universidades estaduais (Uneb, Uesb, Uefs, Uesc). Cruzamento de dados entre as folhas de pagamento com o Executivo e Judiciário, além dos municípios de Camaçari, Lauro de Freitas e Feira de Santana.	378 servidores com esse perfil; 320 atenderam à notificação, sendo: 6% ainda em análise os casos de: 68% validação de frequência; 11% multiplicidade de vínculos; 5% incompatibilidade de carga horária; 10% outros. 58 serão reconvocados, sujeitos à suspensão preventiva de vencimentos, caso não compareçam.
Operação Não Validados - aprimorar os mecanismos de controle sistêmico, contemplando ações de identificação e eliminação de possíveis irregularidades existentes na folha de pagamento.	1.170 servidores notificados; 756 não atenderam à convocação, tendo sido ajustadas 128 situações junto ao SIRH, e 628 serão reconvocados; 414 atenderam ao chamado, permanecendo 55 (13%) casos irregulares. Em análise os casos de: 83% Validação de frequência; 4% Outros.
Operação Cruzamento de Dados - analisar a regularidade das situações de acúmulo de cargos e compatibilidade de carga horária, com base na folha de pagamento do Estado da Bahia com cinco prefeituras de municípios baianos Lauro de Freitas, Feira de Santana, Camaçari, São Sebastião do Passé e Salvador - (Guarda Municipal).	795 servidores convocados; 464 atenderam a convocação, confirmando: 41% situações irregulares; 19% situações corrigidas; 33% situações regulares; 8% em análise.
Operação SESAB - validar o quadro de pessoal das unidades quanto à frequência e ao cumprimento da carga horária dos servidores.	27 unidades de saúde vistoriadas, 32.367 inspeções, apurando-se 5.015 (16%) ausências no local de trabalho, ou não cumprimento integral de carga horária.

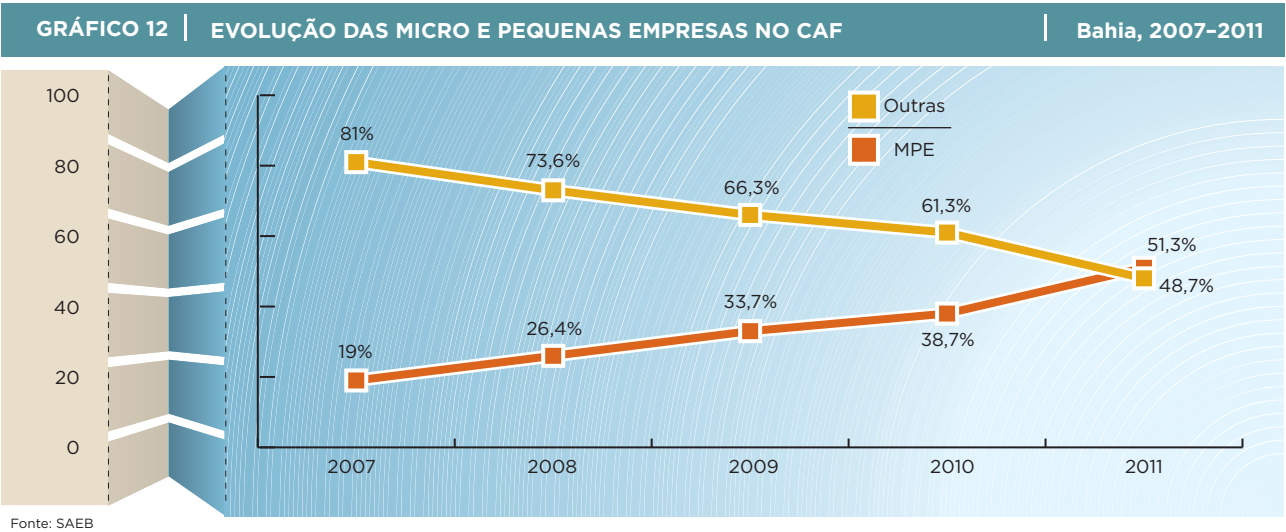
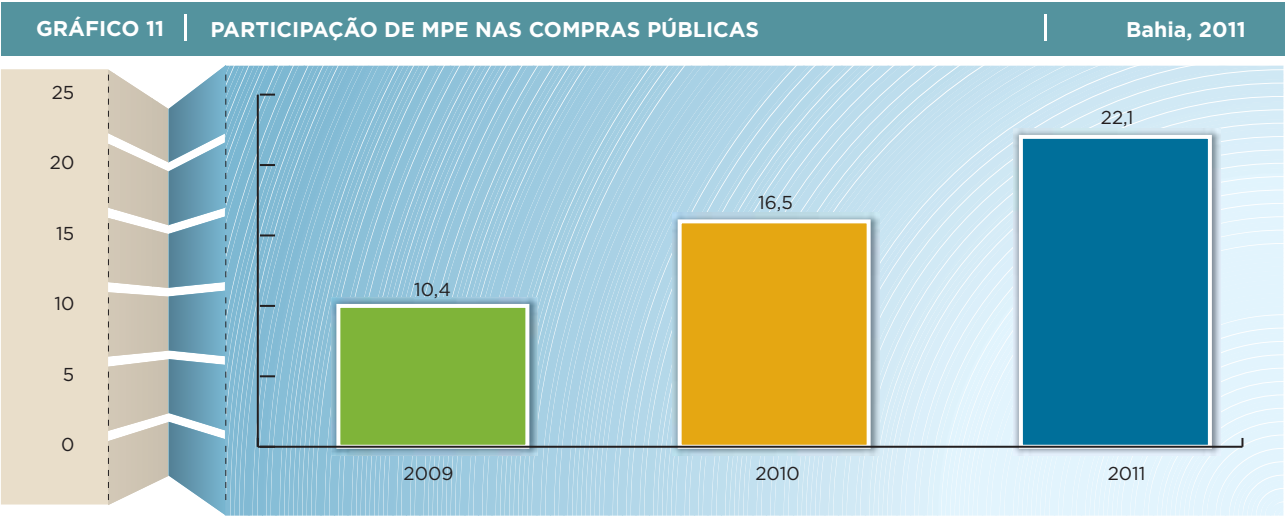
* Operações em andamento. Resultados inconclusos.

Além das capacitações específicas para os pequenos empresários, o governo baiano participou da Feira do Empreendedor e do Fomenta Bahia, ambos em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – Sebrae, objetivando esclarecer aos fornecedores sobre as vantagens de vender para o setor público. Com essas ações, a participação das MPE nas compras e contratações públicas foi ampliada de 10,4%, em 2009, para 22,1%, em 2011, conforme demonstra o Gráfico 11, resultando, nesse último ano, em um montante de vendas para o Executivo de R\$ 244 milhões.

O Gráfico 12, a seguir, evidencia o impulso dado aos pequenos negócios na Bahia, uma vez que,

em 2007, o quantitativo de MPE registradas no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado – CAF representava 19% do total de empresas cadastradas, passando para cerca de 51,3% em 2011. Atualmente existem 4.760 empresas inscritas, sendo 2.440 MPE.

Por outro lado, independente do porte do fornecedor de bens e serviços para a Administração, o Governo do Estado manteve a estratégia de realizar as compras preferencialmente através de pregão. Por conta dessa política, o quantitativo de pregões eletrônicos foi ampliado de, 5% em 2006 para 93% em 2011, gerando uma economia de aproximadamente R\$ 113 milhões em relação aos valores



praticados no mercado. O Gráfico 13 apresenta a participação do pregão eletrônico nas licitações homologadas pela SAEB, no ano de 2011.

GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS

Consumo de combustível – O Governo do Estado expandiu, em 2011, o quantitativo de cidades em que os veículos do Executivo têm o abastecimento de combustíveis monitorado pelo Sistema de Controle Total da Frota – CTF. Trata-se de uma ferramenta que registra, em uma central de informações *online* , que veículo está sendo abastecido, a quilometragem, o tipo de combustível, o volume utilizado e o valor.

Até 2010, o CTF cobria a Região Metropolitana de Salvador e mais Alagoinhas, Feira de Santana e Santo Amaro. Em função dos bons resultados obtidos com o modelo, em 2011 mais 1.257 veículos passa-

ram a ser controlados pelo Sistema, que foi implantado também em outras cidades, alcançando cerca de 58,1% da frota de veículos do Executivo.

Como pode ser observado na Tabela 12 e no Gráfico 14, a gestão do abastecimento, com o auxílio do CTF, tem sido sumamente vantajosa para a Administração, visto que nos últimos cinco anos, mesmo com o aumento da frota coberta pelo Sistema, o consumo médio de combustíveis por veículo permanece relativamente estável.

Aquisição de veículos – Desde 2008, buscando garantir melhores preços na aquisição de veículos, o Governo da Bahia criou o Plano Centralizado de Compras, com a utilização do Registro de Preço, disponibilizando veículos para contratação imediata. Como resultado, entre 2008 e 2011 foram contratados 698 veículos e 154 motos, obtendo-se uma economia de R\$ 5,3 milhões. Além da economicidade, o Estado ganhou na redução

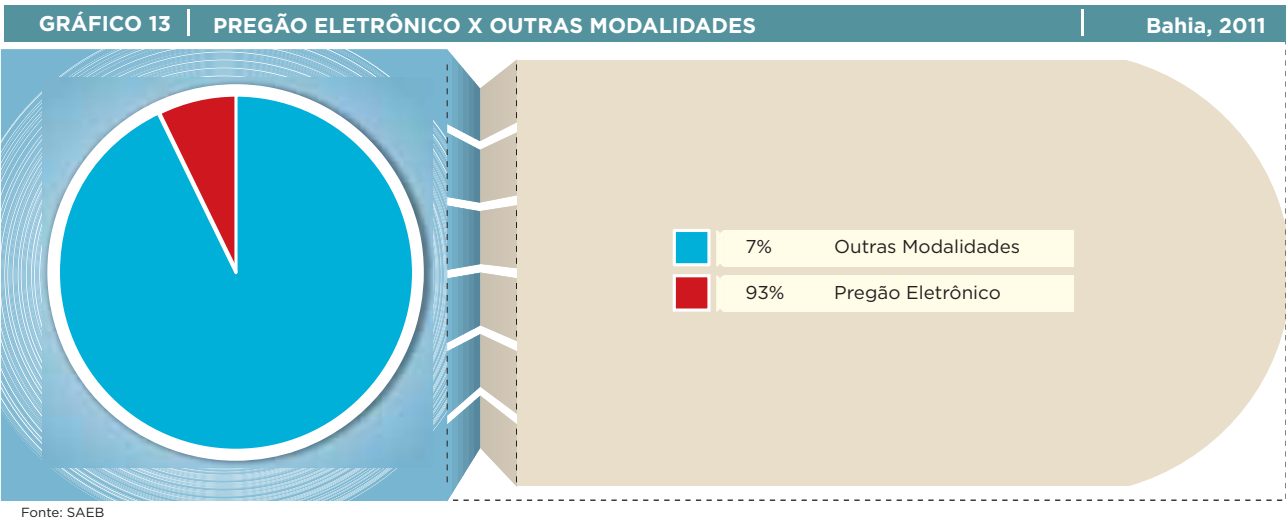
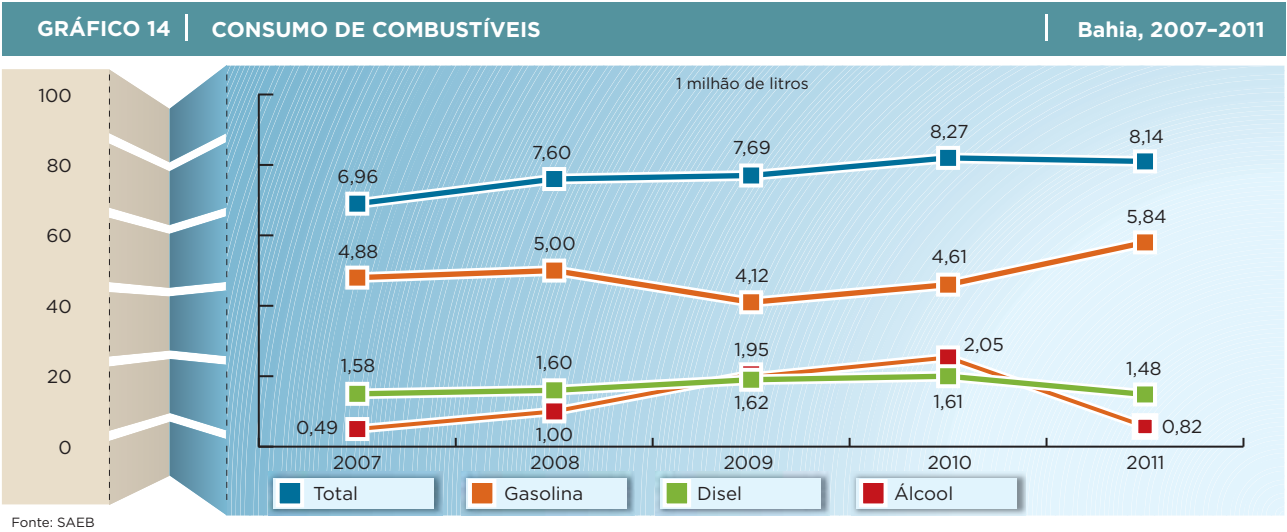


TABELA 12	VOLUME MÉDIO ABASTECIDO POR VEÍCULOS (L)					Bahia, 2007-2011
DISCRIMINAÇÃO	2007	2008	2009	2010	2011	
Média mensal de litros consumidos	579.602	632.949	640.758	689.123	678.346	
Média mensal de veículos abastecidos	2.314	2.445	2.469	2.657	2.808	
Média de litros abastecidos por veículos	250,48	258,87	259,52	259,36	241,58	

Fonte: SAEB



do tempo de aquisição, na possibilidade de planejar a renovação da frota e maior controle das compras de veículos.

COMPRAS SUSTENTÁVEIS

Em 2010, foi contratada uma consultoria, financiada por meio do Pnage, com a finalidade de apoiar o Governo da Bahia a desenvolver e implementar uma metodologia de compras públicas sustentáveis para o Executivo. Dando continuidade às ações desenvolvidas no ano anterior, em 2011 os principais produtos desenvolvidos foram: (i) o documento Inventário de Práticas Sustentáveis, no qual constam estudos de aspectos e impactos socioambientais, e (ii) uma pesquisa de mercado buscando alternativas mais sustentáveis para seis produtos-chave: cadeira universitária, caneta, copo descartável, saco plástico de lixo, papel A4 e camisa. A partir desse estudo, outros produtos posteriormente serão pesquisados, com o fim de serem incluídos no catálogo de materiais do Executivo.

Como forma de divulgação da iniciativa e sensibilização dos atores da área de compras, foi realizado, em 2011, o II Workshop de Compras Sustentáveis, que reuniu 74 representantes de unidades do Executivo para dialogarem sobre os possíveis caminhos para a inserção de critérios sustentáveis nas compras públicas.

DEFESA DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO

Em 2011, o Governo do Estado, por intermédio da SAEB, intensificou as iniciativas de controle e acompanhamento, assim como medidas que levem à regularização dos bens imóveis. Dentre as ações estratégicas, destaca-se a “Composições de Conflitos”, que visa alcançar acordos nas esferas administrativa e judicial a partir da propositura de acordos junto aos litigantes, representantes de grandes ações judiciais que já vêm se prolongando por anos, muitas delas propostas contra grandes empresas.



Renovação da frota com aquisição de novos veículos

PATRIMÔNIO PÚBLICO ESTADUAL – INICIATIVAS 2011
624 processos administrativos instruídos objetivando a detenção da propriedade de imóveis pendentes de legalização;
39 Imóveis regularizados;
1.801 vistorias realizadas, identificando a situação de ocupação e conservação de imóvel;
20 imóveis avaliados;
28 Termos Administrativos formalizados referentes à Regularização da Situação de Ocupação dos imóveis públicos estaduais por terceiros (cessão, concessão, permissão e doação);
259 processos instruídos que objetivam a ação de usucapião;
Em desenvolvimento, pela Conder, o aplicativo de georreferenciamento que irá integrar o Sistema de Controle de Bens Imóveis - Simov e o Sistema de Informações Geográficas Urbanas - Informis.

De acordo com avaliações realizadas pela Caixa Econômica Federal, os imóveis envolvidos nestas ações perfazem o total de R\$ 110 milhões.

Outra ação de grande importância é a Padronização da Ocupação dos Imóveis Públicos, que, através de procedimentos normativos específicos, trouxe perspectivas imediatas de medidas a serem adotadas, como o estabelecimento de ações voltadas à extinção de contratos de aluguéis, espaço físico necessário por servidor, padronização da ocupação administrativa e do mobiliário utilizado pelas unidades em prédios públicos. Realizados a partir de informações prestadas pelos gestores das unidades, os estudos apresentam a possibilidade de economia anual na ordem de R\$ 3,7 milhões, a partir do uso racional dos espaços públicos e redução dos gastos com locação.

INTERCÂMBIO DE INOVAÇÕES

Foi criado, em 2008, o Centro Internacional de Inovação e Intercâmbio em Administração Pública – Ciiiap, fruto de uma parceria com o Governo Federal e o Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais – Undesa, organismo das Nações Unidas. Em 2011, foram estabelecidas parcerias com a Bolívia e a República Dominicana.

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Em 2011, foram desenvolvidos diversos projetos pelas unidades de tecnologia vinculadas à SAEB, que reduziram gastos e possibilitaram o aumento na eficiência da máquina pública, privilegiando não somente os usuários do sistema, mas também os cidadãos baianos.

AÇÕES DESENVOLVIDAS EM 2011	
CIIAP	
INICIATIVAS	DISCRIMINAÇÃO
Parceria com a Bolívia	Disseminação do modelo do Serviço de Atendimento ao Cidadão – SAC. Foram realizadas apresentações em três cidades bolivianas: La Paz, Cochabamba e Santa Fé. A negociação para construção do Acordo de Cooperação Técnica para transferência do modelo encontra-se em andamento.
Parceria com a República Dominicana	Dando continuidade ao Acordo de Cooperação Técnica assinado em 2010 para a implantação do Centro de Atendimento Presencial para o Cidadão - Punto Gob, foram realizadas duas importantes ações. A primeira delas ocorreu em Santo Domingo, onde foi avaliado por técnicos da Bahia o plano de implantação da unidade. A segunda, realizada no Estado da Bahia, foi a capacitação dos técnicos dominicanos em operação de unidades de atendimento integrado, visando a gestão do Posto que iniciou suas atividades em dezembro de 2011.

ESTÁGIO DAS INICIATIVAS		
RESPON-SÁVEL	DISCRIMINAÇÃO	SITUAÇÃO
Coordenação de Tecnologia de Gestão - CTG	Rede Governo III - Atualização tecnológica no ambiente de telecomunica-ções e infraestrutura, possibilitando maior celeridade para a comunicação digital, ampla conectividade e integração entre as unidades.	O certame para atender Salvador ocorreu no mês de julho de 2011 e possibilitou um percentual médio de redução de 46,6%. Já para os demais municí-pios, foi realizada Audiência Pública e está na fase do levantamento das estimativas junto às unidades do Estado. A licitação está prevista para o 1º tri-mestre de 2012.
	Impressão Corporativa - Maior gerenciamento e controle de custos de im-pressão, aumentando a disponibilidade e qualidade do serviço, além de uni-formizar a contratação de serviço de impressão no Estado.	O valor contratado foi 63% menor do que o valor referencial do processo licitatório. As unidades que já aderiram ao RP foram: SAEB, SEC, SSP, SEAGRI, SEDES, PGE e SECTI.
	Sistema de Gestão de Recursos Humanos - Disponibilizar os dados de for-ma integrada, facilitando a gestão eficiente dos recursos humanos, atribuindo maior confiabilidade aos dados cadastrais, pessoais e funcionais dos servidores públicos.	Está previsto o investimento de R\$ 15 milhões. A li-citação está prevista para ocorrer no início de 2012.
	Controle de Frequência por Biometria - Controlar e acompanhar a jornada diária dos servidores públicos.	O projeto piloto será realizado na SESAB e a implantação está prevista para ocorrer no 1º se-mestre de 2012. O investimento será na ordem de R\$ 4 milhões.
	Segurança da Informação - Garantir a acessibilidade, disponibilidade e in-tegridade de dados em ambientes seguros contra as ameaças internas e externas à Administração.	A Política de Segurança foi elaborada pelo Comitê de Gestores de Tecnologia de Informação e Comu-nicação do Estado da Bahia - Fortic em outubro de 2011. O próximo passo é a publicação das Normas de Segurança de Informação e do Manual do Mo-delo de Gestão da Segurança da Informação, com conclusão prevista para o 1º trimestre de 2012.
	Política de Compras - Disponibilizar as diretrizes para aquisição de bens e contratações de serviços de TIC.	Disponibilizado às unidades termos de referência padrão para aquisição dos serviços de TIC através do uso do pregão eletrônico.

OUVIDORIA GERAL DO ESTADO DA BAHIA

AGENDA BAHIA

Em 2011 foi repactuado o protocolo Agenda Bahia com os Poderes Legislativo e Judiciário, com o propósito de diagnosticar os principais temas de interesse social que reclamam ações conjuntas e simultâneas dos três Poderes, monitorado pelos órgãos auxiliares – Ministério Público Estadual, Defensoria Pública e Ordem dos Advogados do Brasil – seção Bahia.

VISITAS TÉCNICAS ÀS OUVIDORIAS ESPECIALIZADAS

Em 2011, a Ouvidoria Geral do Estado da Bahia – OGE visitou 35 Ouvidorias Especializadas, com o objetivo de debater estratégias de atuação e alternativas para melhorar o atendimento ao cidadão. A visita técnica integra o plano de gestão da OGE e, através desses encontros, experiências positivas e negativas são

compartilhadas, sendo também elaborados méto-dos para o bom funcionamento da Ouvidoria e para melhorar a qualidade nas respostas ao cidadão.

NOVA VERSÃO DO SISTEMA DE OUVIDORIA E GESTÃO PÚBLICA

A OGE aprimorou a versão *web* do Sistema de Ouvidoria e Gestão Pública – TAG, *software* responsável pela integração da Rede de Ouvidorias do Estado da Bahia, envolvendo atendimento, acompanhamento e resposta às manifestações, bem como a elaboração de relatórios gerenciais.

ATENDIMENTOS

A OGE recebeu 66.372 manifestações em 2011, referentes aos serviços públicos estaduais. Deste total, 96,8% foram encerradas, conforme registra o Gráfico 15.

O Gráfico 16 detalha os dados relativos à tipologia das manifestações.



Os cidadãos (pessoas físicas) são os principais usuários do serviço de ouvidoria do Governo do Estado, indicando o reconhecimento da atual administração pública, fundada na participação popular e no diálogo com a sociedade. O Gráfico 17 mostra as manifestações de acordo com a procedência, enquanto as manifestações por gênero constam no Gráfico 18.



Adenilson Nunes/Secom

Na atual gestão, a *internet* foi o principal meio de contato utilizado pelos cidadãos para entrar em contato com a Ouvidoria Geral do Estado, conforme mostram os Gráficos 19 e 20.

NOTA: Nos gráficos não foram computados 10.712 registros oriundos do Sistema Ouvidor SUS – Se-

Apresentação da integração do sistema estadual de ouvidoria com o OuvidorSUS

cretaria da Saúde e da Secretaria da Segurança Pública. Os sistemas citados estão em fase de integração com o Sistema de Ouvidoria e Gestão Pública – TAG, desenvolvido pela Ouvidoria Geral do Estado da Bahia.

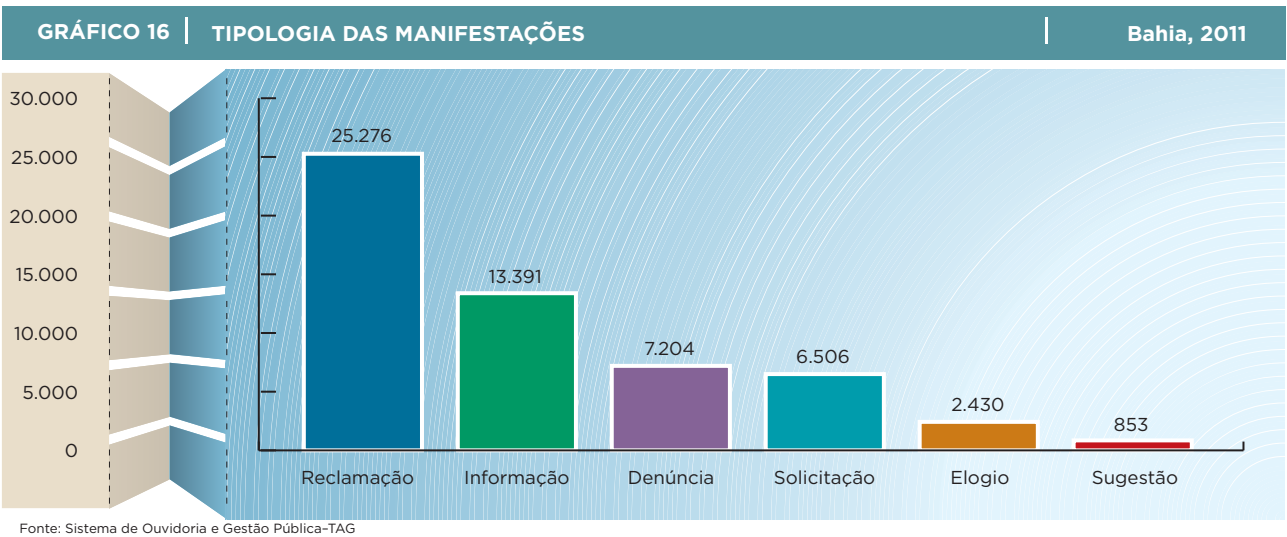
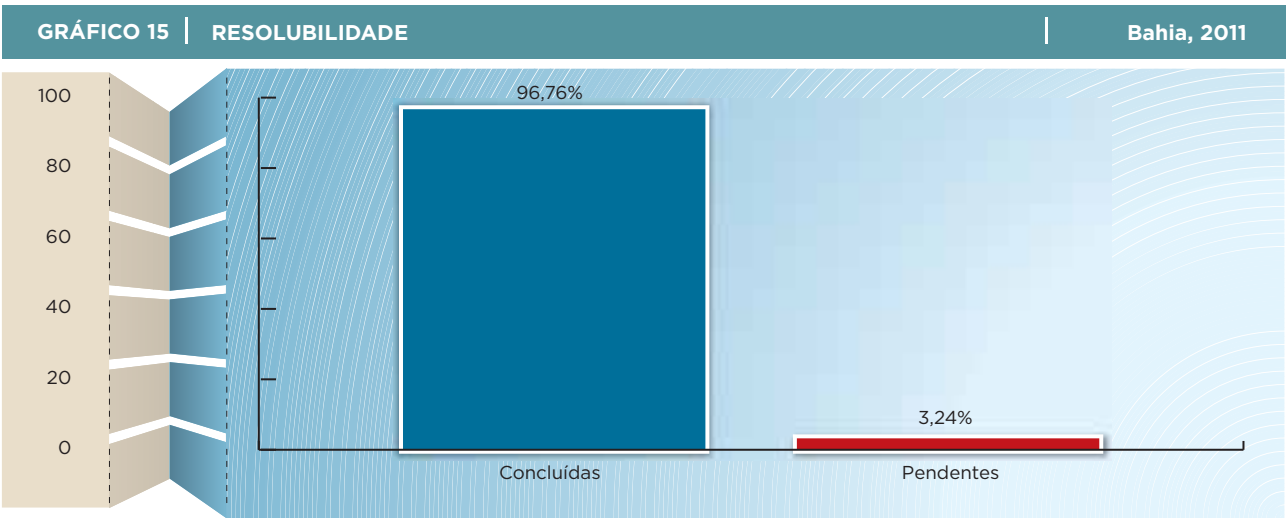
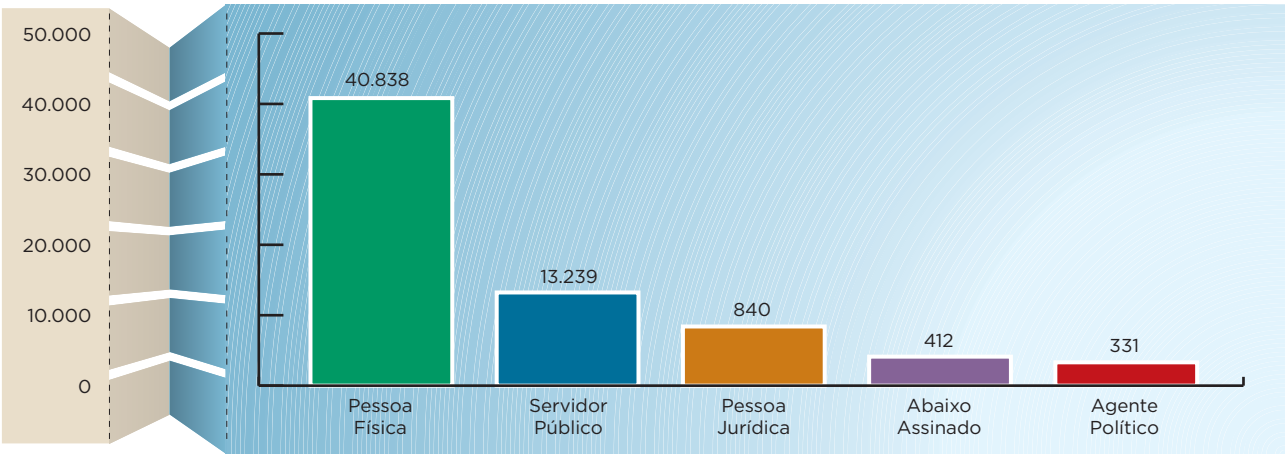
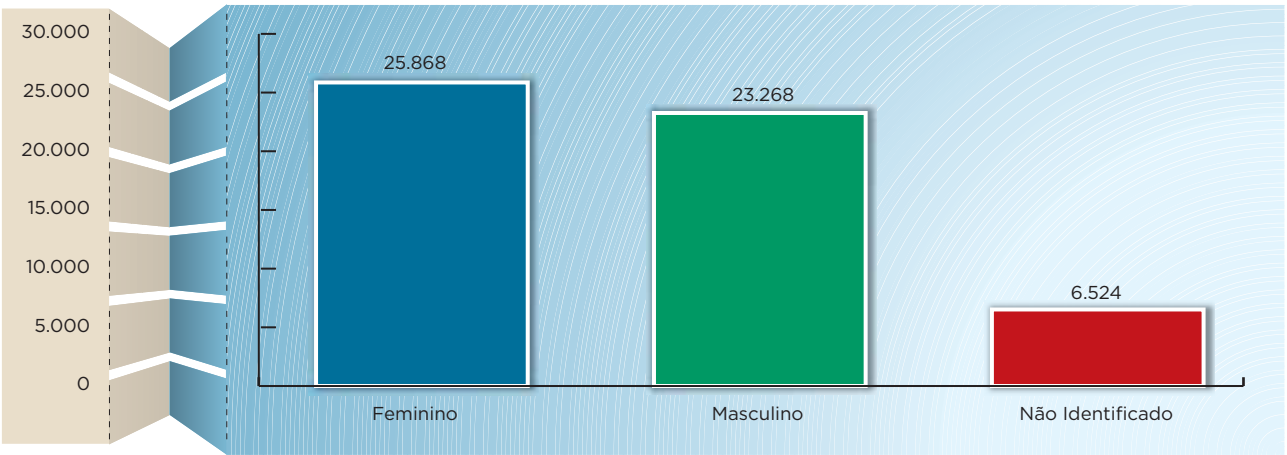


GRÁFICO 17 | PROCEDÊNCIA DAS MANIFESTAÇÕES | Bahia, 2011



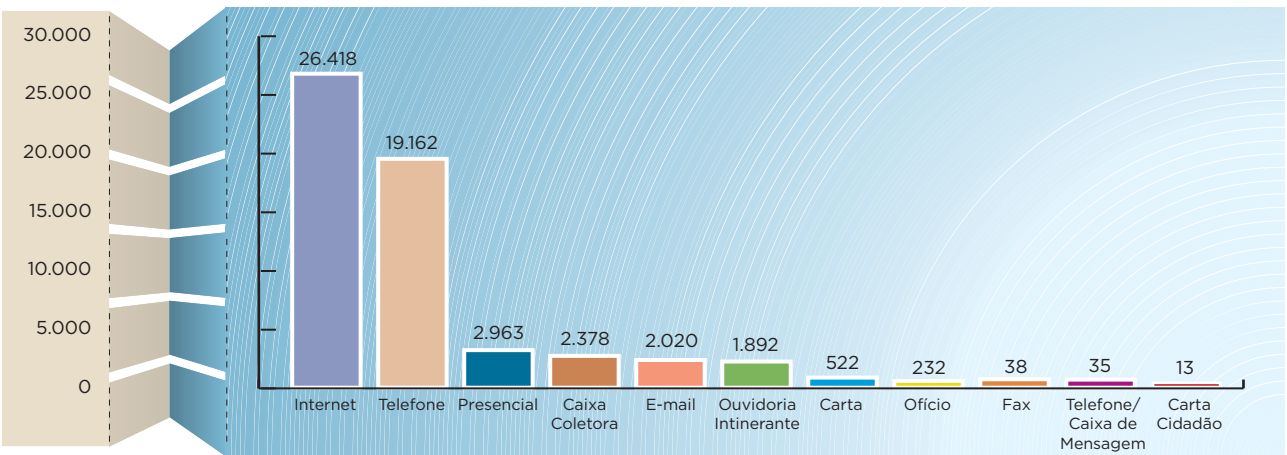
Fonte: Sistema de Ouvidoria e Gestão Pública-TAG

GRÁFICO 18 | MANIFESTAÇÕES POR GÊNERO | Bahia, 2011

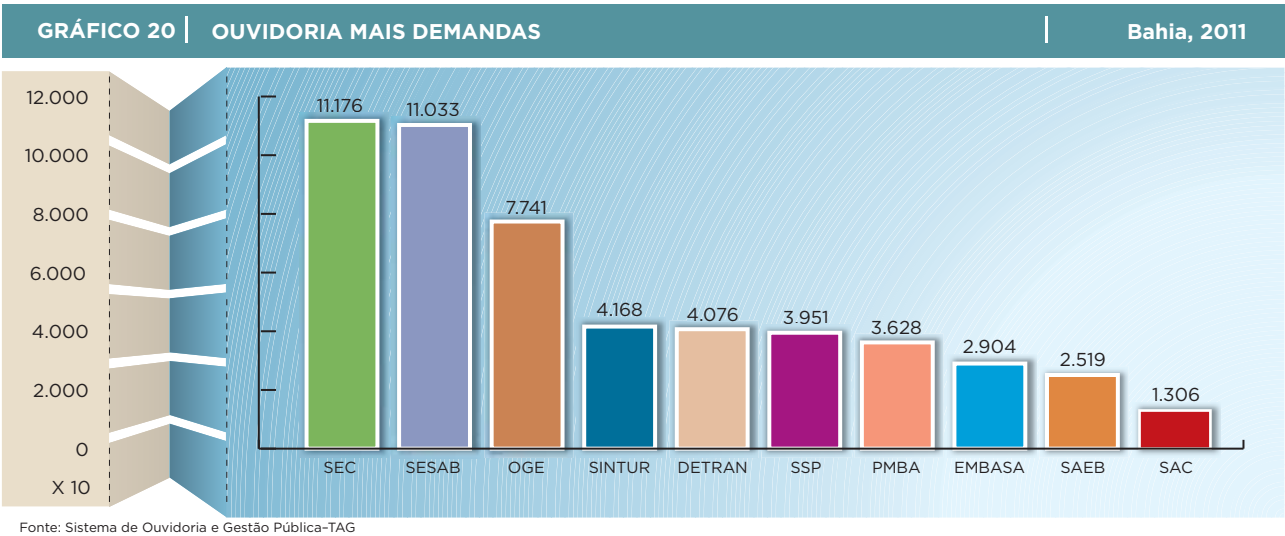


Fonte: Sistema de Ouvidoria e Gestão Pública-TAG

GRÁFICO 19 | MANIFESTAÇÕES POR MEIO DE CONTATO | Bahia, 2011



Fonte: Sistema de Ouvidoria e Gestão Pública-TAG



GESTÃO DA POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO DO GOVERNO

PUBLICAÇÕES

Revista Bahia Terra de Todos Nós - Lançada a quarta edição no primeiro semestre de 2011, informando à população baiana sobre o que o Governo fez e vem fazendo nas suas diversas áreas de atuação. São distribuídas gratuitamente a partir de março, para todo o Estado, através de órgãos governamentais e entidades sociais. A publicação é anual e tem, em média, uma tiragem de 100 mil exemplares. Em 2011 foi criada uma versão digital que, além da publicação de material multimídia (vídeos), oferece conteúdo ampliado com entrevistas e fotos exclusivas.

Caderno Noticiário do Diário Oficial - A cobertura, apuração, produção, diagramação e editoração de matérias sobre as ações, programas e projetos realizados pelo Governo do Estado, através de suas secretarias e outros órgãos governamentais, são publicadas no caderno Noticiário do Diário Oficial do Estado - DOE. Nele divulgam-se notas sobre as diversas áreas de atuação do Governo, como cultura, esporte e saúde, além de atos e normas oficiais, desde 1925. Foram produzidas, em 2011, cinco edições por semana (com 3.500 exemplares). O

conteúdo é acessado gratuitamente pela internet, no endereço (<http://flip.egba.ba.gov.br/reader>), onde podem ser encontradas de forma digital as edições feitas desde março de 2007.

INTERNET

Portal de comunicação na internet - Em linha com a disseminação exponencial dos meios digitais e redes interativas, em 2011 a SECOM ampliou a presença nas redes sociais. Além dos perfis já existentes no Twitter, YouTube, Orkut, Flickr e SlideShare, a Secretaria passou a ter um espaço no Facebook (*Fan Page*), para distribuição de conteúdo e relacionamento com a imprensa e a sociedade. A audiência dos canais nas redes sociais e o portal tiveram aumentos significativos, comparativamente a 2010. O destaque é o perfil no Flickr (*síde* de compartilhamento de fotografias), que recebeu 774.946 visualizações. Os comparativos de audiências às redes sociais e ao portal encontram-se na Tabela 13.

Para dar unidade à comunicação do Governo na *internet*, foi criado um padrão visual para os *sites* das secretarias do Estado e orientações para as assessorias de comunicação sobre a publicação de notícias em mídias sociais. Foram lançados ainda *hotsites* (pequenos *sites* planejados para apresentar e destacar uma ação de comunicação e marketing pontual) e ações em mídias sociais

TABELA 13 COMPARATIVO DE AUDIÊNCIA ÀS REDES SOCIAIS E AO PORTAL DA SECOM			Bahia, 2010-2011
PORTAL SECOM	JAN-DEZ 2010	JAN-DEZ 2011	VARIAÇÃO
Visitas	814.969	1.261.591	54,8%
Páginas Vistas	2.514.889	3.464.275	37,7%
TWITTER	JAN-DEZ 2010	JAN-DEZ 2011	VARIAÇÃO
Seguidores	6.789	10.125	49,1%

Fonte: Google analytics

para a campanha de combate à Aids “Camisinha é Bom”, para o programa de segurança pública Pacto pela Vida e o projeto do Porto Sul, além de outras campanhas publicitárias *online*.

RÁDIO

Programas para rádio – O Governo do Estado produziu e veiculou 538 noticiários diários por esta influente mídia, além de conteúdos especiais (programetes) do São João da Bahia, Independência da Bahia e reportagens nas áreas de segurança e saúde e em campanhas e informações relacionadas programas e projetos como Água Para Todos, Todos Pela Alfabetização – Topa, Educação e Cidadania e Copa 2014.

Conversa com o Governador – Este programa radiofônico tem o objetivo de informar os baianos sobre as decisões que têm repercussão no cotidiano do Estado. O governador conversa com a população durante seis minutos, apresenta ações, projetos e outros temas de interesse público, além de responder a perguntas dos ouvintes através do telefone 0800-071-7328.

Disponibilizado no endereço www.comunicacao.ba.gov.br/conversa, às terças-feiras (já recebeu mais de 230 mil visitas), o Conversa com o Governador é retransmitido pela Rádio Educadora FM 107,5, às 7h30, e veiculado ou parcialmente aproveitado por 320 emissoras de todo o Estado, das quais 152 comunitárias e 168 comerciais. Outros veículos de comunicação (*sites*, *blogs* e jornais) também aproveitam o conteúdo. No ano de 2011, o “Conversa” já atingiu a marca de 52 edições, com áudio em MP3.

Fala Educação – Realizado em parceria com a Secretaria da Educação, este programa tem como público-alvo os estudantes e professores da rede pública de ensino estadual, sendo reproduzido por emissoras de rádio que recebem o conteúdo em áudio MP3, além de *sites* e *blogs* que divulgam o texto. Com linguagem dinâmica, notícias, entrevistas e reportagens regionais sobre os mais variados assuntos ligados à educação, o programa divulga os projetos desenvolvidos por estudantes e educadores nas escolas baianas, além das ações de Governo. Em 2011, atingiu a marca de 52 edições. O conteúdo é livre e pode ser reproduzido por emissoras de rádio e por outros veículos de comunicação. O Fala Educação está disponível todas as quartas-feiras com uma nova edição nos *sites* da SECOM (www.secom.ba.gov.br) e da SEC (www.educacao.ba.gov.br).



Para dar unidade à comunicação do Governo na *internet*, foi criado um padrão visual para os *sites* das secretarias

DIVULGAÇÃO DE CAMPANHAS

Campanhas de Comunicação – A concepção e o planejamento das campanhas de publicidade são formulados levando-se em consideração o impacto na vida da sociedade e têm em perspectiva informar aos baianos sobre os feitos do Governo, aí incluída a prestação de contas da utilização dos recursos tributários arrecadados.

O Quadro 2 destaca as principais campanhas veiculadas em 2011.

AÇÕES DE DIVULGAÇÃO DE CULTURA

O Governo do Estado, por intermédio da Secretaria da Cultura – SECULT, investe para que as ações de cultura na Bahia cheguem ao conhecimento público, fazendo da informação mais um meio de fomento à acessibilidade, à formação e à mobilização da sociedade. Além de divulgar o que é promovido através dos órgãos culturais do Estado, busca-se também uma ampla visibilidade dos projetos culturais apoiados pelos editais e iniciativas de instituições culturais privadas e ONGs. Para tanto, utilizam-se as práticas formais de assessoria de comunicação e a distribuição de ma-

terial em formato físico e digital, além do uso de canais de internet – os *sites* oficiais da SECULT e da Agenda Cultural Bahia, atualizados diariamente, e páginas próprias em redes sociais virtuais, em sintonia com as formas avançadas de comunicação social.

A Agenda Cultural Bahia é uma publicação mensal produzida pela Fundação Cultural do Estado da Bahia – Funceb, com tiragem mensal de 20 mil exemplares, distribuída gratuitamente em espaços públicos, culturais e de artes, instituições de ensino, órgãos públicos e de turismo, rede hoteleira, pontos comerciais, veículos de comunicação, instituições e associações diversas de todo o Estado, além de eventos culturais, congressos, encontros e ocasiões especiais.

Em parceria com a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI, foi publicada a terceira edição da pesquisa Comportamento dos Soteropolitanos no Carnaval 2010. O levantamento, nessa edição, aprofundou a pesquisa e verificou o que as pessoas fazem no período do Carnaval, abordando, em especial, as práticas culturais adotadas pelos habitantes de Salvador que não frequentam a festa.

QUADRO 2 PRINCIPAIS CAMPANHAS VEICULADAS		Bahia, 2011
INSTITUCIONAL		UTILIDADE PÚBLICA
Prestação de contas (Agora Tem)		Combate à dengue
Verão / Carnaval		SAC Hora Marcada
Março Mulher		Vacinação contra a aftosa
São João		Combate à Exploração Sexual (SEDES)
Quatro anos do programa Água para Todos		Prevenção de queimadas na Chapada
Anúncio de duas universidades federais		PPA Participativo
Porto Sul		Prevenção à AIDS
Embasa 40 Anos		Economia de água no verão (Embasa)
Conciliação Tributária – Secretaria da Fazenda		
Todos pela Escola		
Novembro Negro		
Ampliação dos Serviços de Saúde (ampliação dos serviços em todo o Estado, com os cinco novos hospitais entregues em 2010)		
Bases Comunitárias de Segurança / Pacto pela Vida		
Ferrovia de Integração Oeste-Leste		
Olha Aí (Fim de Ano)		

Fonte: SECOM

O Caderno do Instituto do Patrimônio Artístico Cultural da Bahia – IPAC sobre a Festa da Boa Morte teve sua segunda edição bilíngue publicada, revisada e ampliada, com tiragem de cinco mil exemplares.

No campo da história e memória, a Fundação Pedro Calmon – FPC coordenou o lançamento dos livros “Adeus, meu Canto”, de Castro Alves, e o periódico “O Dois de Julho”, de Lizir Archanjo Alves, publicados pela FPC; e mais “Entre os Bárbaros Filósofos & Negro Alemão”, de Marcos Ribeiro e Thomas Meinecke, “Jorge Amado de Todas as Cores”, “Kekeré”, de Célia Silva e a revista Hera.

GESTÃO PÚBLICA COM DEMOCRACIA E TRANSPARÊNCIA

DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES PARA O FORTALECIMENTO DO COMBATE À POBREZA

Em 2011, foram realizadas importantes ações do Funcep/Casa Civil para o combate e erradicação da pobreza, buscando promover a gestão pública com democracia, transparência e participação da sociedade civil:

- Realização, junto com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea, do seminário “Dimensão e Mensuração da Pobreza na Bahia”;
- Participação na Conferência do Desenvolvimento, edição Bahia (Code Bahia) do Ipea;
- Participação em plenárias territoriais do Plano Plurianual Participativo do Governo da Bahia;
- Consolidação do processo de escuta social, mediante participação na reunião do Conselho de Políticas de Inclusão Social – CPIS.

A reunião do CPIS teve por finalidade formular políticas e diretrizes voltadas à redução da pobreza, na qual a sociedade civil foi representada



Rafael Martins/SECOM

Oficina de Escuta Ampliada do Pacto pela Vida no Subúrbio de Salvador

por seis conselhos com poder de influência e voto na política de combate e erradicação da pobreza. São eles: Conselho Estadual de Assistência Social, Conselho Estadual Tripartite e Paritário de Trabalho e Renda, Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional da Bahia, Conselho Estadual de Desenvolvimento da Comunidade Negra, Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável e Conselho Estadual de Educação.

PROGRAMA PACTO PELA VIDA

O Programa Pacto Pela Vida – PPV, lançado em 6 de junho de 2011, é uma política de Estado que trata a segurança pública de forma transversal, articulada e integrada, focalizando a redução dos índices de criminalidade, violência e vulnerabilidade das comunidades, com sistematização, monitoramento e avaliação das ações de Estado, de forma permanente e pactuada com a sociedade.

A Secretaria de Comunicação Social – SECOM é responsável pela coordenação executiva do Programa, que se firma como uma nova política pública de segurança, com foco na redução da violência e da criminalidade, especialmente dos crimes contra a vida. Nessa perspectiva, o PPV tem como principal objetivo a garantia do direito à vida e incorpora como fundamentos:

- Participação ativa da sociedade civil organizada, desde a formulação das estratégias até a execução das ações do Pacto;
- Ênfase na prevenção social da criminalidade violenta combinada com a qualificação da repressão, baseada no uso de inteligência, informação, tecnologia e gestão;
- Transversalidade na execução de ações de segurança pública, envolvendo todas as secretarias do Estado.

Os enfoques estratégicos do PPV se configuram em um decálogo vigoroso e acurado: (i) fortalecer a polícia como agente de proteção da cidadania e dos direitos humanos, aperfeiçoando sua atuação na redução da criminalidade; (ii) fortalecer o conceito de Polícia Cidadã, por meio da valorização profissional, da formação policial e da correição; (iii) fortalecer a rede de proteção social para construção integrada de soluções efetivas na prevenção da criminalidade; (iv) fomentar a participação e o controle social; (v) fortalecer a ação conjunta dos três Poderes, Ministério Público e Defensoria Pública; (vi) fortalecer o Sistema Estadual

de Defesa Civil; (vii) fortalecer o sistema prisional nas atividades de inteligência e ressocialização do preso; (viii) garantir o acesso qualificado à justiça criminal; (ix) instrumentalizar a ação policial para o enfrentamento ao crime organizado; e (x) atuar de forma alinhada com os instrumentos da política nacional de segurança pública.

O Programa Pacto Pela Vida engloba todos os Territórios de Identidade do Estado, com prioridade para as áreas que apresentam os maiores percentuais de Crimes Violentos Letais Intencionais – CVLI, conforme detalha a Tabela 14.

Cabe destacar, no PPV, as ações articuladas de proteção e promoção social em Salvador e os municípios do Estado que compõem as AISP. Estas envolvem secretarias da área social e de infraestrutura social. No ano de 2011, foram implementadas, nas comunidades do Calabar/Alto das Pombas e no Nordeste de Amaralina, iniciativas nas áreas de alfabetização, educação de jovens e adultos, qualificação profissional; esporte e lazer; cultura; economia solidária e meio ambiente.

TABELA 14		ÁREAS INTEGRADAS DE SEGURANÇA PÚBLICA – AISP PRIORITÁRIAS SALVADOR, RMS E INTERIOR	Bahia, 2011
ÁREAS PRIORITÁRIAS			% CVLI 2010
Salvador	3ª AISP – Rio Vermelho/Calabar	63% das ocorrências de CVLI de Salvador	
	20ª AISP – Itapuã		
	6ª AISP – Nordeste de Amaralina		
	7ª AISP – Liberdade		
	10ª AISP – Pirajá		
	16ª AISP – Paripe/Periperi (Fazenda Coutos)		
	13ª AISP – Tancredo Neves		
	18ª AISP – Pau da Lima		
Norte	Juazeiro	42% das ocorrências de CVLI do Interior	
Sul	Itabuna, Vitória da Conquista e Porto Seguro		
Leste	Feira de Santana		
Oeste	Barreiras		
RMS	Camaçari, Lauro de Freitas, Simões Filho e Dias D´Ávila	74% das ocorrências de CVLI da RMS	

Fonte: SIAP/SSP

MONITORAMENTO DAS AÇÕES PRIORITÁRIAS DO GOVERNO E DO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO – PAC NA BAHIA

Após a definição dos eixos de atuação e de estratégia para a consolidação das ações, em 2011 a Casa Civil coordenou a definição norteadora e o monitoramento das ações prioritárias para o segundo mandato do Governador do Estado, a formulação do Programa de Inclusão Socioprodutiva – Vida Melhor e a articulação e monitoramento das ações do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC I e II na Bahia, além de elaborar o Balanço das Ações do Governo do Estado.

Em 2011, o monitoramento do PAC na Bahia teve seu escopo ampliado, com a inclusão dos projetos e obras em fase de contratação, junto ao Governo Federal, dos projetos selecionados através do PAC II. Assim, em 2011, foram realizadas “Salas de Situação”, agrupadas em cinco áreas de atuação: infraestrutura, recursos hídricos, saneamento, habitação e a Fundação Nacional de Saúde – Funasa. As reuniões acontecem com as secretarias sistêmicas e executoras, e sua periodicidade se efetiva em conformidade com os encaminhamentos e prazos acordados em reuniões anteriores. Esse trabalho tem o objetivo de garantir o cumprimento dos cronogramas de execução e de contratação de novos recursos, através de processo de monitoramento e articulação.

Foram realizadas reuniões do Comitê Gestor – Cgpac e do Grupo Executivo – Gepac, objetivando acompanhar e supervisionar a implementação e a execução das ações dos governos Federal e Estadual relacionadas ao PAC, função regimental da Casa Civil. Ao lado disso, participou ativamente na coordenação da elaboração dos pleitos e nas negociações para contratação dos investimentos do PAC II, intermediando o contato entre a Caixa Econômica Federal, Governo Federal e as autarquias do Governo do Estado, auxiliando decisivamente na superação de eventuais entraves e pendências às contratações nos eixos Comunidade Cidadã, Cidade Melhor e Água e Luz para Todos.

ACOMPANHAMENTO DAS POLÍTICAS DE INFRAESTRUTURA

A Casa Civil desempenhou importante papel na gestão estratégica das ações do Estado, no sentido de monitorar e articular as obras prioritárias, objetivando viabilizar o seu adequado andamento e perfeita execução, acompanhando o cumprimento dos cronogramas estabelecidos, através de visitas *in loco*.

Além de acompanhar o andamento das principais obras de infraestrutura do Estado, a exemplo da Ferrovia de Integração Oeste-Leste – Fiol, Via Expressa, Aeroporto de Vitória da Conquista e Estaleiro Naval de Paraguaçu, a Casa Civil tem desenvolvido papel fundamental para a concretização do Complexo Porto Sul, uma das obras fundamentais do Governo, fruto de estratégica parceria entre o setor público e a iniciativa privada, vez que o empreendimento contará com um porto público e um terminal operado empresarialmente.

O Governo da Bahia vem aportando recursos na viabilização do empreendimento a partir dos estudos ambientais e na montagem dos projetos de engenharia para a sua implantação. A modelagem institucional está sendo conduzida pelo Estado da Bahia, juntamente com a Secretaria Especial de Portos da Presidência da República, que definirão, no decorrer de 2012, o melhor modelo e/ou alternativa para o funcionamento do Porto Sul (porto público) no futuro, com recursos oriundos da União.

A Ferrovia de Integração Oeste-Leste é uma obra que, conquanto de natureza federal, sob a responsabilidade da Valec – Engenharia, Construções e Ferrovias, configura-se de interesse estratégico para a Bahia, pelo impacto dinamizador que proporcionará à economia do Estado: por meio dela serão escoadas as produções de grãos, algodão e minérios, entre outras, desaguando no Porto Sul. Os recursos da obra estão garantidos pela União através do Ministério dos Transportes.

Atualmente, contam já com a Licença de Implantação os trechos localizados em Gongogi, Jequié,

Tanhaçu e Brumado, com os canteiros industrial, administrativo e pedreiras devidamente implantados. Em outra vertente do avanço das obras, duas inspeções do Ibama resultaram na suspensão temporária (os procedimentos específicos de ajuste estão em andamento) da Licença de Implantação, a partir da análise e relatórios de Programas Básicos Ambientais – PBAs do Ibama.

**ACOMPANHAMENTO DAS
POLÍTICAS SOCIAIS**

A Casa Civil monitora e coordena ações e programas sociais prioritários para o Governo da Bahia. Dentre os que foram objeto de atenção no exercício, têm destaque Água para Todos, coordenado pela SEMA, Todos pela Alfabetização, executado pela SEC, Saúde em Movimento, da SESAB e as ações de qualificação profissional e de educação profissional desenvolvidas pela SETRE e pela SEC, respectivamente.

De relevante significado foi coordenar a elaboração do Programa Bom Trabalho, que visa à integração das ações de qualificação e educação profissional e a intermediação de mão-de-obra, por meio do levantamento da demanda e oferta dos postos de trabalho criados ou a criar, da mão de obra disponível e da oferta existente de cursos de qualificação profissional. O Programa foi construído, desde o início, por meio de um processo de discussão coletiva entre as diversas secretarias envolvidas, entre as quais a SETRE, a SICM, a SEC, a SEPLAN, a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI e a SETUR.

**COORDENAÇÃO DO PROGRAMA
VIDA MELHOR**

A Casa Civil é também responsável pela Coordenação do Programa Vida Melhor, cuja função é articular as diversas secretarias que dele participam, apoiando-as no planejamento das diversas ações, monitorando a execução e promovendo transver-

salidade entre as ações e secretarias. O Programa tem por objetivo promover impacto na melhoria de renda dos beneficiários, na redução das desigualdades socioeconômicas, na dinamização democrática da economia baiana e no incremento da mobilidade social. É centrado no estímulo ao desenvolvimento de atividades produtivas e na integração com os programas sociais Bolsa Família, Topa e Minha Casa Minha Vida, dentre outros. Na área rural, tem como meta atender 200 mil famílias, enquanto no meio urbano visa atingir 120 mil famílias.

**ASSESSORAMENTO NA ELABORAÇÃO
DE ATOS ADMINISTRATIVOS,
DECRETOS, PROJETOS DE LEI
E OUTROS INSTRUMENTOS**

Em 2011, a Casa Civil analisou 2.822 processos e produziu 1.173 notas técnicas e 260 notas informativas, além de conferir 14.609 atos do Poder Executivo, facilitando, com sua celeridade, o trabalho das secretarias demandantes e conferindo agilidade à prestação dos serviços aos cidadãos.

**MARCOS INSTITUCIONAIS
E REGULATÓRIOS**

Em 2011, a Casa Civil foi responsável pela análise de leis e decretos, contribuindo na edição de importantes marcos normativos, conforme detalha o Quadro 3.



A Casa Civil monitora e coordena ações e programas sociais prioritários para o Estado, como o Água para Todos

QUADRO 3	LEIS E DECRETOS	Bahia, 2011
LEIS		
12.044, de 04/01/11	Institui o Sistema de Transporte Hidroviário Intermunicipal de Passageiros e Veículos do Estado da Bahia – SHI	
12.050, de 07/01/11	Institui a Política sobre Mudança do Clima do Estado da Bahia	
12.051, de 07/01/11	Concede anistia de multas e juros e parcelamento de dívidas nos contratos de concessão ou autorização remunerada de uso dos imóveis de propriedade do Instituto do Patrimônio Artístico Cultural da Bahia ou que estejam sob a sua responsabilidade	
12.056, de 07/01/11	Institui a Política de Educação Ambiental do Estado da Bahia	
12.209, de 20/04/11	Institui normas sobre o processo administrativo no âmbito da Administração Pública do Estado da Bahia	
12.215, de 30/04/11	Institui o Serviço de Inspeção Sanitária e Industrial de Produtos de Origem Animal no Estado da Bahia	
12.357, de 26/09/11	Institui o Programa Pacto pela Vida e o Sistema de Defesa Social	
12.361, de 17/11/11	Aprova o Plano Estadual de Juventude e dá outras providências	
12.362, de 21/11/11	Altera a Lei nº 759 de 7 de fevereiro de 2000, que dispõe sobre o Fundo de Desenvolvimento Social e Econômico – Fundese, e a Lei nº 11.611, de 1º de outubro de 2009, que institui medidas de estímulo à renegociação de dívidas oriundas do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf	
12.364, de 25/11/11	Altera a estrutura remuneratória dos cargos de Professor e Coordenador Pedagógico da carreira do Magistério Público Estadual do Ensino Fundamental e Médio	
12.365, de 30/11/11	Dispõe sobre a Política Estadual de Cultura, institui o Sistema Estadual de Cultura	
12.371, de 21/12/11	Institui o Sistema de Definição e Acompanhamento de Metas para o Indicador Estratégico e outros Indicadores de Controle de Criminalidade no Estado da Bahia, estabelece regras para a concessão do Prêmio por Desempenho Policial	
12.372, de 23/12/11	Institui a Política Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar – Peater e o Programa Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar – Proater	
12.377, de 28/12/11	Altera a Lei nº 10.431, de 20 de dezembro de 2006, que dispõe sobre a Política Estadual de Meio Ambiente e de Proteção à Biodiversidade, a Lei nº 11.612, de 8 de outubro de 2009, que dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos e a Lei nº 11.051, de 6 de junho de 2008, que reestrutura o Grupo Ocupacional Fiscalização e Regulação	
12.500, de 29/12/11	Autoriza a remissão da dívida dos mutuários do Projeto de Horticultura Irrigada da Bacia Sedimentar de Tucano, junto à Agência de Fomento do Estado da Bahia – Desenbahia, e dá outras providências.	
DECRETOS		
12.521, de 21/12/10	Aprova o Plano Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência – PEDPCD	
12.578, de 08/02/11	Institui o Plano Plurianual Participativo - PPA-P 2012-2015	
12.584, de 09/02/11	Dispõe sobre o Arranjo Institucional do Estado da Bahia para a realização da Copa do Mundo da FIFA Brasil 2014	
12.653, de 28/02/11	Regulamenta o Procedimento de Manifestação de Interesse – PMI em projetos de parcerias público-privadas e em projetos de concessão comum e permissão	
12.678, de 16/03/11	Institui o tratamento diferenciado para microempresas e empresas de pequeno porte nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da Administração Pública Estadual	
12.792, de 28/04/11	Institui o programa estadual “Pacto pela Educação”	
12.829, de 04/05/11	Cria os Centros Juvenis de Ciência e Cultura – CJCC	
13.149, de 08/08/11	Institui o Programa Bahia do Trabalho Decente – PBTD	
13.167, de 11/08/11	Institui o Programa Estadual de Inclusão Socioprodutiva – Vida Melhor	
13.168, de 12/08/11	Regulamenta o Sistema de Transporte Hidroviário Intermunicipal de Passageiros e Veículos do Estado da Bahia	
13.247, de 30/08/11	Institui a Comissão Estadual para a Sustentabilidade dos Povos e Comunidades Tradicionais – CESPCT	
13.301, de 19/09/11	Cria os Polos de Apoio Presencial da Universidade Aberta do Brasil – UAB, no âmbito do Estado da Bahia	
13.347, de 11/10/11	Altera o Decreto nº 9.266, de 14 de dezembro de 2004, que instituiu o Sistema de Informações Gerenciais de Convênios e Contratos – Sicon, no âmbito da Administração Pública Estadual, e aprovou o regulamento para celebração de convênios ou instrumentos congêneres que requeiram liberação de recursos estaduais	

Fonte: CASA CIVIL/Coasa

GESTÃO PÚBLICA MODERNA E TRANSPARENTE

As atividades da Empresa Gráfica da Bahia – Egba contemplaram, em 2011, a modernização da empresa e a oferta de novos produtos, entre outras iniciativas, destacando-se:

- Investimentos em instalações, com a construção de dois galpões para ampliar os serviços de guarda de documentos de terceiros, arquivo de segurança, microfilmagem e digitalização;
- Diário Oficial do Estado online, com a disponibilização da versão digital e o sistema de busca através do recurso *Virtual Pager*, possibilitando aos usuários navegar pelas páginas do jornal;
- Certificação Digital, com o fornecimento, no exercício, de 280 certificados digitais;
- Investimento em equipamentos, no valor de R\$ 330 mil, com aquisição de 70 computadores e locação de 25 novos equipamentos de impressão, criando-se um modelo de gestão através de cotas, o que permitiu uma redução de 40% nos custos;
- Modernização do parque gráfico, tornando totalmente digital o processo de pré-impressão.

GESTÃO DE PESSOAS

MESA DE NEGOCIAÇÃO

Mantendo a política acordada na Mesa de Negociação com as representações sindicais, o Governo do Estado prosseguiu, em 2011, com o processo de reposição linear da taxa inflacionária para todos os servidores públicos, nas suas respectivas datas-base. Além disso, houve a aplicação dos ganhos médios na remuneração das categorias, fruto de negociação nas mesas setoriais.

A Bahia é o primeiro Estado a oferecer reajuste do piso salarial de professores e coordenadores vinculado a toda a categoria. A Lei nº 12.364/11 atrela o piso dos profissionais do magistério baiano ao nacional, incidindo sobre o vencimento de 76.238 profissionais.

EDUCAÇÃO CORPORATIVA

A Universidade Corporativa do Serviço Público do Estado da Bahia (UCS) atua por meio de sete escolas de Governo, relacionadas às secretarias de Educação, Saúde, Meio Ambiente e Segurança Pública, voltadas à capacitação interna em seus conteúdos específicos, e três escolas vinculadas às secretarias da Fazenda, Planejamento e Administração, essas de caráter sistêmico e com atuação transversal em todos os demais órgãos, conforme especificado a seguir:

UCS/SEFAZ

A Secretaria da Fazenda, em parceria com o Instituto Anísio Teixeira – IAT, realizou quatro videoconferências sobre temas como Nota Fiscal Eletrônica, SPED Contábil e SPED Fiscal, Simples Nacional e Substituição Tributária, totalizando 20 horas de capacitação para cerca de mil participantes. As videoconferências foram transmitidas para 26 cidades do Estado, alcançando, além dos servidores do Fisco, os contribuintes e contabilistas.

Dando prioridade à área de atendimento ao público, foram treinados 318 servidores das diversas unidades da SEFAZ e 30 servidores da Suprev no curso de Excelência no Atendimento ao Cidadão, com carga horária de 160 horas. Além disso, a SEFAZ realizou ações de capacitação direcionadas a servidores que atuam nas áreas financeiras dos diversos órgãos estaduais. Foram capacitados 854 servidores em 37 eventos, totalizando 668 horas de treinamento.

UCS/SEPLAN

No âmbito da Secretaria do Planejamento foi criada, em outubro de 2011, a Universidade Corporativa da Secretaria do Planejamento - UCS/SEPLAN, que atuará em três eixos: Educação Corporativa, Formação em Planejamento Governamental e Gestão do Conhecimento. Vale destacar, dentre as atribuições da UCS/SEPLAN, a realização da gestão de competências, identificação e levantamento das necessidades de capacitação dos servidores da Secretaria, a elaboração e execução dos programas de formação e aperfeiçoamento da função sistêmica planejamento e a prospecção e difusão de conhecimentos sobre planejamento do setor público, além de monitoramento e avaliação de programas do Governo por meio de estudos, eventos, atividades editoriais e intercâmbio.

UCS/SAEB

Dentre as escolas de natureza sistêmica, a atuação da UCS/SAEB tem destaque pela amplitude de conteúdo e abrangência dos programas de desenvolvimento de competências oferecidos no campo da gestão pública, que, no ano de 2011, capacitou 9.624 servidores. Os cursos oferecidos pela UCS/SAEB foram ministrados nas áreas de Gestão de Pessoas, Logística de Suprimentos, Qualidade do Atendimento, Tecnologia de Gestão, Desenvolvimento Gerencial e Formação de Instrutores Internos, entre outros. Para viabilizar a execução dessas ações, foram utilizadas três estratégias: instrutoria interna, parcerias com escolas de governo estaduais e federais e educação a distância.

GESTÃO DE CARREIRAS

A Gestão do Desempenho de Pessoas é uma das ferramentas utilizadas pelo Governo do Estado na promoção do desenvolvimento profissional e no fortalecimento do processo de aprendizagem, mediante as competências instaladas. A implan-

tação da Avaliação de Desempenho foi a contrapartida acordada com os sindicatos e associações no processo de reestruturação das carreiras em 2009, para inserir a meritocracia como instrumento legítimo de validação da ascensão funcional.

DESENVOLVIMENTO NAS CARREIRAS	
PROMOÇÃO E PROGRESSÃO	
GRUPO OCUPACIONAL	SITUAÇÃO
Serviços Públicos de Saúde*	Regulamentadas
Serviços Penitenciários	
Educação	
Procurador do Estado	
Fiscalização e Regulação	Em Processo de Regulamentação (Casa Civil)
Artes e Cultura	
Analista Técnico	
Técnico Administrativo	Em Elaboração
Obras Públicas	
Gestão Governamental	

* Regulamentados os critérios de avaliação de desempenho para variação da Gratificação de Incentivo ao Desempenho. Os critérios para progressão na carreira se encontram em elaboração.

PROVIMENTO DE PESSOAL

Em 2011, o quadro de pessoal foi reforçado com 5.453 novos servidores, perfazendo um total de 19.866 nomeações no período de 2007 a 2011.

NOMEAÇÕES		
ÁREA	CARGOS	QUANTITATIVO
Saúde	Médico, Regulador de Assistência à Saúde, Sanitarista, Farmacêutico, Psicólogo, Fisioterapeuta, Terapeuta Ocupacional, Assistente Social, Nutricionista, Enfermeiro, Fonoaudiólogo e Técnico de Enfermagem	2.095
Segurança	Agente Penitenciário, Policial Militar, Investigador de Polícia e Escrivão	1.657
Educação	Professor	1.701

PROGRAMA MAIS FUTURO

Tendo como propósito abrir as portas do mercado de trabalho para os jovens em situação de vulnerabilidade social, com idade entre 14 e 24 anos, estudantes de escolas públicas estaduais, o Governo do Estado lançou o Programa Estadual de Aprendizagem Mais Futuro, cujo objetivo é a formação técnico-profissional de adolescentes e jovens, além da vivência prática no mundo do trabalho. Os jovens selecionados passam inicialmente por um treinamento, antes de serem designados para atuar em unidades participantes do Programa. O aprendiz tem uma carga de quatro a seis horas diárias de trabalho, fazendo jus, atualmente, a uma bolsa de R\$ 556. No período de 2008 a 2011 foram contratados 1.141 jovens. Em dezembro de 2011 foi realizada, em parceria com a Uneb, uma seleção pública com o objetivo de formar um novo banco de aprendizes, com cerca de 10 mil jovens.

PRÊMIOS SERVIDOR CIDADÃO E BOAS PRÁTICAS

O funcionário do Tribunal de Justiça Roberto Carlos Gomes, responsável pelo projeto Peteca e Cidadania, que envolve 40 crianças e jovens em situação de risco no município de Ubaitaba, e o servidor Márcio Rodrigues, de Juazeiro, criador do sistema informatizado de administração de perícias para o Departamento de Polícia Técnica, conquistaram os primeiros lugares dos prêmios Servidor Cidadão e Boas Práticas, criados para estimular, respectivamente, as ações de voluntariado e inovação no Serviço Público Estadual. Participaram da seleção 110 trabalhos na categoria Servidor Cidadão, e 136 na de Boas Práticas, tendo sido distribuídos ao todo R\$ 74 mil.

PROGRAMA ESTADUAL DE VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR

O Programa Estadual de Valorização do Servidor – Bem Viver tem em perspectiva a preservação da saúde e integridade dos servidores, através

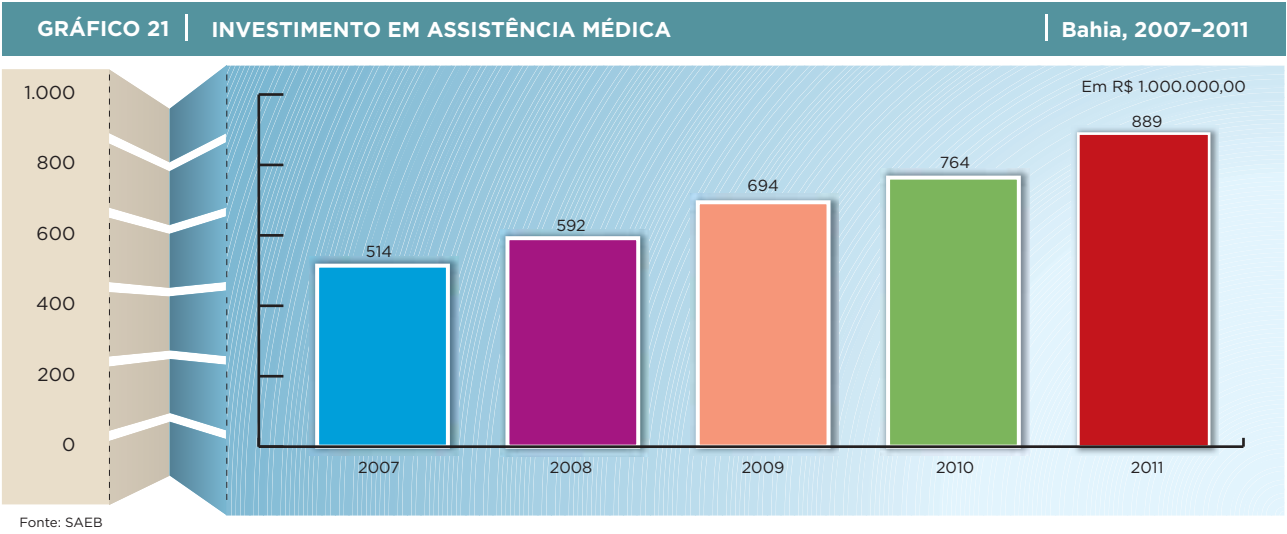
de ações que abrangem desde a antecipação, reconhecimento, avaliação e controle da ocorrência de potenciais agravos à saúde dos servidores relacionados às condições e ambiente de trabalho, incluindo aqueles relativos à ergonomia e fatores relacionais, até a implementação das ações necessárias à promoção da saúde ou a sua recuperação, a prevenção de doenças laborais e acidentes de trabalho, contribuindo para a melhoria da qualidade dos serviços públicos prestados aos cidadãos.

ASSISTÊNCIA À SAÚDE DO SERVIDOR

Com mais de 466 mil beneficiários, entre titulares e dependentes, o Plano de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos Estaduais – Planserv responde por aproximadamente um terço da movimentação financeira do mercado baiano de saúde suplementar, através de uma rede composta por cerca de 1,5 mil unidades de atendimento distribuídas em todo o território baiano, compreendendo um conjunto de serviços de saúde no âmbito da promoção, prevenção, assistência curativa e reabilitação.

Destaca-se, em 2011, a introdução de mecanismos de controle de utilização dos serviços e, ainda, a reabilitação da vantagem ao servidor, anteriormente extinta, de incluir como seu dependente outro servidor que também possua os requisitos necessários para figurar como titular do benefício. Outra medida foi o reajuste dos valores pagos a título de contribuição para a categoria especial e a criação de novas faixas de contribuição, ambos inalterados desde 2005.

Seguindo a tendência que se confirma desde 2007, em 2011 houve crescimento dos valores investidos em consultas, exames, cirurgias e outros procedimentos, como pode ser observado no Gráfico 21. O total de procedimentos realizados saltou de 12 milhões em 2007 para mais de 14 milhões em 2011.



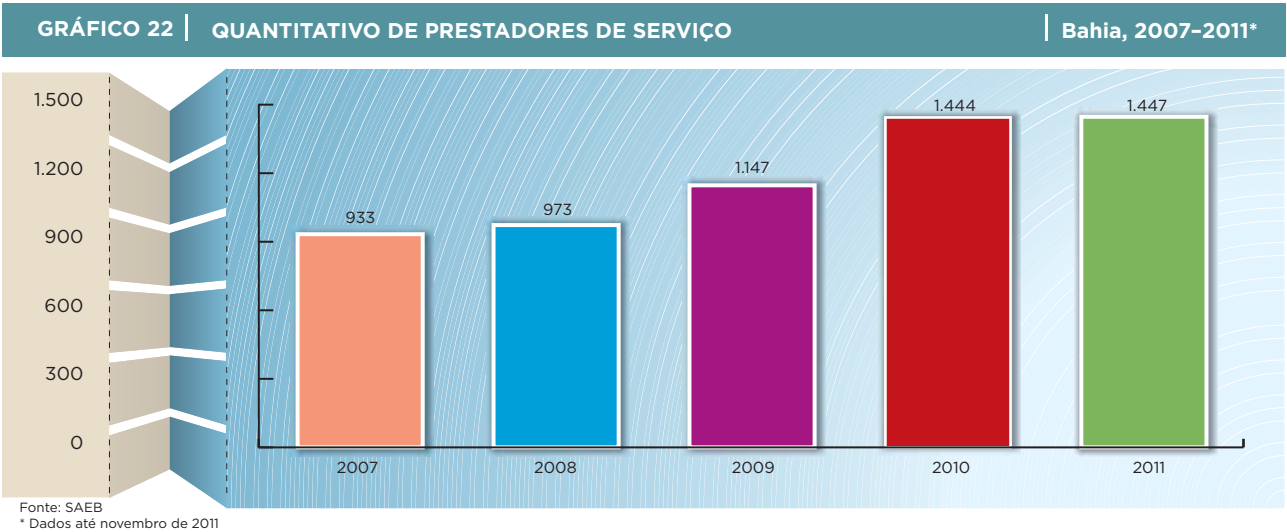
REDE DE PRESTADORES DE SERVIÇOS

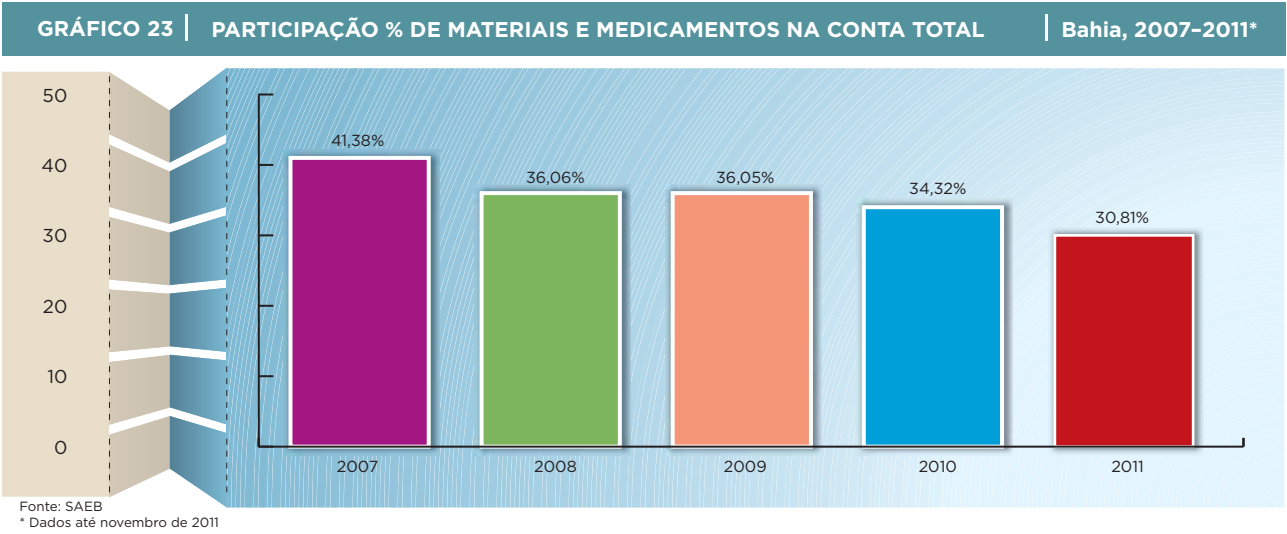
O Planserv conta atualmente, em sua rede, com 1.447 prestadores de serviços entre clínicas, hospitais e laboratórios. Como pode ser observado no Gráfico 22, desde 2007 não houve um só ano em que a rede não crescesse, inclusive com a entrada de hospitais de alta complexidade, a exemplo do Santa Isabel, referência em cardiologia.

Além de aumentar a disponibilidade, foram regularizados os vínculos com a rede, que até 2006 não tinha um contrato formalizado.

RACIONALIZAÇÃO DE GASTOS COM MATERIAIS E MEDICAMENTOS

Os custos dos planos de saúde são muito pressionados pelos preços dos materiais hospitalares e medicamentos especiais. Com o Planserv não é diferente, e, desde 2007, este problema vem sendo enfrentado e equacionado. Assim, por meio de iniciativas como a criação da tabela sintética hospitalar, da adoção de medicamentos genéricos e da criação de tabela eletrônica própria para materiais, o Plano conseguiu diminuir em mais de 10%, nos últimos cinco anos, a participação de materiais e medicamentos no total de suas despesas, conforme demonstra o Gráfico 23.





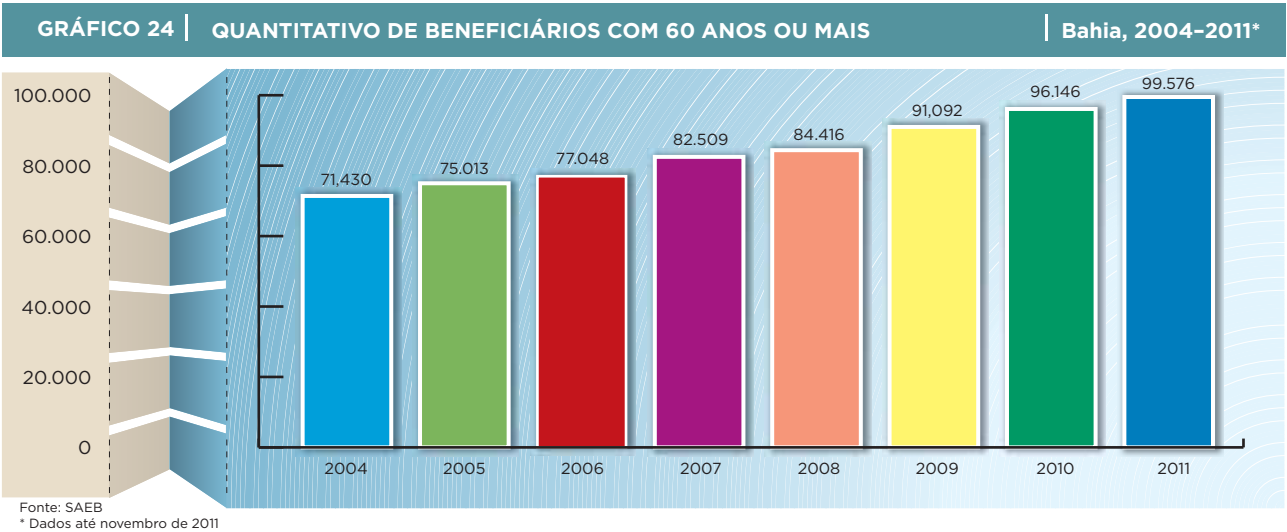
COPARTICIPAÇÃO

Diferentemente da quase totalidade dos planos de saúde em funcionamento no Brasil, o Planserv não aumenta suas contribuições à medida que o servidor envelhece. Toda sua estrutura de arrecadação se baseia na renda do usuário, embora o envelhecimento da chamada carteira de beneficiários fique evidente no Gráfico 24, em que se constata um acréscimo de quase 30 mil idosos em apenas sete anos.

Se, por um lado, esse modelo protege beneficiários idosos, pelo outro gera uma pressão sobre

as despesas difícil de ser acompanhada pelas receitas. As doenças crônicas, entre elas o câncer, atingem 75,5% dos idosos do país, impactando na despesa médica *per capita* com os idosos em relação aos jovens, em média 495% maior. Os custos médicos, há anos, sobem mais que a inflação, motivados pela incorporação de novas e custosas tecnologias, assim como em função da mudança no perfil das doenças, de infectocontagiosas para circulatórias, neoplasias, degenerativas e mentais.

Outro fator que impulsiona fortemente as despesas do Planserv é a super utilização dos serviços, induzida pela inexistência, até 2010, de fator



moderador (como a coparticipação), conjugada com o modelo de remuneração dos prEstadores por quantidade de serviços prestados.

O enfrentamento a esse cenário, que, em médio prazo, poderia comprometer a estabilidade do Plano, demandou a adoção de mecanismos de controle voltados ao uso racional dos serviços. Nessa perspectiva, foi decidida a revisão da contribuição de cônjuges e companheiros, diferenciando-a daquela cobrada sobre filhos, e criadas novas faixas de contribuição, abrangendo remunerações de até R\$ 10 mil mensais, sendo implantado um sistema de coparticipação em que alguns beneficiários eventualmente pagam um pouco mais por mês – no máximo R\$ 30.

As medidas adotadas salvaguardaram o equilíbrio das receitas e despesas, permitindo a manutenção da qualidade dos serviços prestados e a satisfação dos beneficiários com a rede de atendimento Planserv, visto que, após a introdução da nova forma de contribuição, somente no período de setembro a dezembro de 2011, 9.520 pessoas solicitaram inclusão no Plano.

PROGRAMA DE ENDOCRINOPATIAS

Atuar no campo da prevenção, trabalhando para que as pessoas não adoçam e, se tal acontecer, apresentem menores complicações, tem sido uma tendência dos sistemas de saúde mais desenvolvidos. O Planserv tem seguido essa linha e agido com foco especial em portadores de hipertensão, diabetes e obesidade.

Por meio do Programa de Endocrinopatias foram cadastrados 81 profissionais, entre nutricionistas e endocrinologistas, em 31 diferentes prEstadores de serviços, sendo promovidos mais de 32 mil atendimentos somente em 2011, evitando-se um número incalculável de complicações que poderiam gerar internações e até óbitos, por falta de acompanhamento médico.

IDENTIFICAÇÃO BIOMÉTRICA

Impedir o uso da assistência por aqueles que não integram o quadro de beneficiários do Plano foi o objetivo do projeto de identificação biométrica, que cadastrou as impressões digitais de todos os titulares, agregados e dependentes, conferindo-as em cada atendimento.

Em 2011, esse esforço de aperfeiçoamento de controles apresentou excelentes resultados. A identificação biométrica foi implantada em 100% dos prEstadores de serviços, inibindo a utilização inadequada da rede de atendimento Planserv.

PREVIDÊNCIA ESTADUAL

A estruturação da Previdência Estadual foi impulsionada pela criação da Superintendência de Previdência – Suprev, vinculada à SAEB, por meio da Lei nº 10.955/2007, objetivando, a um só tempo, atender a um mandamento constitucional e centralizar a gestão previdenciária, concentrando na nova unidade as funções de gerir, administrar e operacionalizar o Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos do Estado da Bahia – RPPS, incluindo a arrecadação e gestão dos recursos e a concessão, o pagamento e a manutenção dos benefícios.

Com o propósito de equilibrar o sistema sob os prismas financeiro e atuarial, o Governo do Estado segregou as massas contributivas em dois fundos previdenciários distintos: o Fundo Financeiro da Previdência Social dos Servidores Públicos do Estado da Bahia – Funprev e o Fundo Previdenciário dos Servidores Públicos do Estado da Bahia – Baprev.

FUNPREV

Os recursos das contribuições previdenciárias do Funprev são utilizados para pagamentos das aposentadorias e pensões dos servidores que ingressaram

no Estado até 31/12/2007. O Fundo possui 101,3 mil beneficiários, dos quais 81,7 mil aposentados e 19,6 mil pensionistas. Já os recursos da conta Funprev Capitalizável são oriundos de 2% do total das receitas patronais e dos recursos da compensação financeira entre regimes de previdência – no particular, dos valores repassados pelo Instituto Nacional da Seguridade Social – INSS.

A compensação previdenciária procede da contagem recíproca do tempo de contribuição para aposentadoria, como um ajuste de contas entre o Regime Geral de Previdência – RGPS, representado pelo INSS, e os Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS da União, Estados, Distrito Federal e municípios, permitindo aos diversos sistemas públicos de previdência dividir o ônus e resgatar recursos despendidos com a aposentadoria de servidores que também contribuíram para o RGPS.

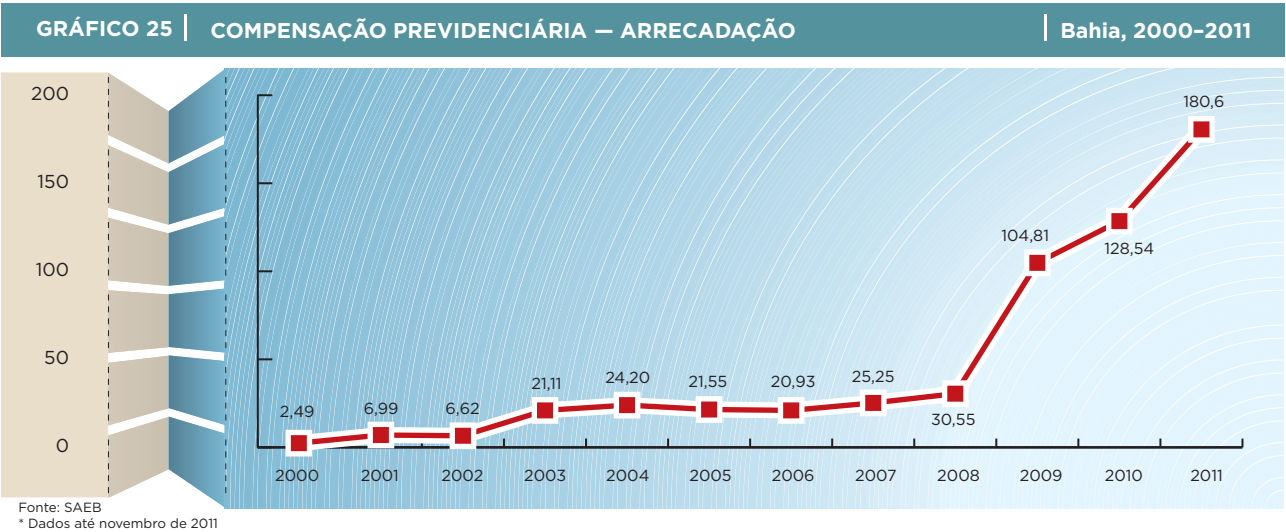
O montante arrecadado entre 2007 e 2011 é de R\$ 469 milhões, composto por R\$ 289 milhões relativos ao período de 2007 a 2010, e R\$ 180,6 milhões referentes a 2011. Assim, considerando-se o valor total arrecadado com a compensação previdenciária no quinquênio 2007-2011, e a série histórica registrada de 2000 a 2006, cujo valor total arrecadado foi de cerca de R\$ 104 milhões, houve um incremento de 351%, como pode ser observado no Gráfico 25.

Os sucessivos recordes de arrecadação vêm acontecendo, nos últimos anos, graças às melhorias na gestão dos processos e à parceria, celebrada em 2009, entre o Governo do Estado e o Ministério da Previdência Social – MPS, objetivando dar celeridade à análise e ao julgamento de processos anteriormente encaminhados ao INSS.

BAPREV

Os recursos das contribuições previdenciárias do Baprev são utilizados para pagamentos das aposentadorias e pensões dos servidores que ingressaram no Estado a partir de 01/01/2008. A avaliação atuarial do Baprev, realizada em 2010, demonstrou um superávit técnico total de R\$ 90,6 milhões para os seus 14.853 segurados. Em 2011, foram arrecadados R\$ 202,8 milhões, com incremento de 81% em relação ao ano anterior.

Os recursos financeiros da Previdência Estadual, que totalizam R\$ 545,7 milhões, são aplicados por intermédio do Banco do Brasil, dentro dos parâmetros estabelecidos na política de investimentos para o ano de 2011, aprovada pelo Conselho Previdenciário do Estado – Conprev. Estão diversificados em renda fixa e variável, conforme Resolução 3.922/10 do Conselho Monetário Nacional – CMN.



BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS

Em 2011, considerando-se o histórico dos últimos dez anos, ocorreu um recorde de aposentadorias no Executivo, com acréscimo de 70% em relação ao mesmo período do ano anterior. Como pode ser observado no Gráfico 26, em 2011 foram concedidos 7.439 benefícios de aposentadoria, reserva remunerada e reforma, o que representou uma média mensal de 631 atos publicados. No que se refere às pensões previdenciárias por morte, em 2011 foram concedidos 1.268 benefícios, registrando um incremento na ordem de 5% em relação ao ano anterior.

CONTROLE INTERNO

O Governo do Estado, por intermédio da SAEB, empreendeu em 2011 ações contínuas de controle interno, tais como o cadastramento dos beneficiários, reavaliação de benefícios previdenciários concedidos no passado e o cruzamento de dados com o Sistema Informatizado de Controle de Óbitos – Sisobi do Ministério da Previdência Social.

Em 2011, foram convocados cerca de 73 mil inativos, em cinco lotes distintos. Desse total, 95,7% já atualizaram seus dados, sendo suspensos 110 benefícios. O destaque para a campanha foi o agendamento desse serviço nas unidades do Brotascenter e do Shopping Paralela, com 2.750 atendimentos efetuados, conferindo assim maior comodidade ao beneficiário.

O cadastramento tem sido uma ferramenta importante no expurgo de benefícios indevidos da folha de pagamento. Encontram-se bloqueadas, nesse sentido, 1.160 pensões, gerando uma retenção de R\$ 23,1 milhões, em valores acumulados desde agosto de 2007. Já em relação aos aposentados, em maio de 2008 foi realizada a primeira suspensão, estando suspensos 681 benefícios de aposentadoria, o que resulta numa retenção acumulada de R\$ 26,8 milhões.

Outros 782 benefícios que vinham sendo pagos de forma irregular encontram-se suspensos, representando uma economia acumulada de R\$ 12,4 milhões, decorrentes de outras ações de controle, a exemplo da reavaliação de benefícios previdenciários concedidos.

